



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 08/09/2020

Aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na sala virtual da plataforma zoom da **Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS RJ** <https://us02web.zoom.us/j/85809324835?pwd=TnU0d3pUTS9ia1MvY0Q4a1NsRG1kdz09>, reuniram-se pelo segmento dos usuários: **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS RJ); conselheira suplente Maria Carolina Lobão Del Castillo (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Água Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheira Sônia Maria do Nascimento da Paixão (União de Negros Pela Igualdade do Rio de Janeiro - UNEGRO /RJ); conselheira Mônica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres - UBM/RJ); conselheira suplente Euza Cristina Borges dos Santos (União Brasileira de Mulheres - UBM/RJ); conselheiro Marcello Cláudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro - SINDENFERJ); conselheira Valeska Holst Antunes (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheira Suelen Guimarães dos Santos (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer - AFINCA); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO) e conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro - SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: **conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Márcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheiro Marcus Vinícius Abbud Safady (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Caroline Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro) e conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais - FAMAD). A reunião teve início após a convocação às 14 horas trinta minutos. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** fez a leitura da pauta com a ordem do dia, assim apresentada: Os trabalhos coordenados pela Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes, auxiliada pela Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde composta pelos conselheiros Júlia Daniela de Castro, Ludugério Antônio da Silva, Neide Maria******

Neres Tinoco, Maria Angélica de Souza, Lucimar Oliveira do Nascimento, Valeska Host Antunes, Luciana Ludwig Nigri e José Antônio Alexandre Romano e com moderação do Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho. Pauta do Dia: 1) Deliberação da ata de 23.06.2020; 2) Apresentação e discussão sobre Contrato e Administração do SAMU – **60 minutos**; 3) Esclarecimentos sobre a implantação do serviço Telesaúde – Rio – **30 minutos**; 4) Esclarecimentos sobre mudança ou renovação dos contratos das Organizações Sociais nas AP 3.2 e 5.3 – **20 minutos**; 5) Apresentação do trabalho individual de cada comissão temática - **30 minutos**; 5.1 - Estratégias de Comunicação do CMS/RJ e Comissões Temáticas; 6) Posicionamento do CMS/RJ sobre os chamados “Guardiões do Crivella na Saúde” – **30 minutos**; 7) Informes da Secretaria Executiva - **10 minutos**, 7.1 - Saúde Materna e a Mortalidade das Mulheres Negras no contexto da Covid-19 e 7.2 – Informe sobre as eleições do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1; 8) Informes da Gestão da SMS - **10 minutos** e 9) Informes do Colegiado - **5 minutos por conselheiro**. As informações do Conselho poderão ser acessadas na internet através do endereço eletrônico: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms>. Contatos: comsaude@rio.rj.gov.br ou Tels 2293-0341 e 2976-2269. Solicitamos a todos os presentes a *gentileza de desligar ou deixar em modo vibracall os aparelhos celulares e similares*. Colocada em votação a aprovação da pauta, verificou-se que foi aprovada por maioria simples. Dando início ao **ponto 1 da pauta**, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** pôs em votação a aprovação da ata de 23.06.2020 e constatou que foi aprovada por maioria simples pelos membros do Colegiado. Seguindo, foi para o **segundo ponto da pauta**: Apresentação e discussão sobre Contrato e Administração do SAMU e anunciou a **conselheira estadual Solange Gonçalves Belchior** que representa a Associação Brasileira de Enfermagem Seção Rio de Janeiro no Conselho Estadual de Saúde, no segmento profissional de saúde. A conselheira estadual disse que, nessa condição, coordena a Comissão de Fiscalização que prepara os pareceres; analisa todos os anos a prestação de contas, o Programa Anual de Saúde e o Plano Estadual de Saúde e que, nessa lógica, no ano passado foram surpreendidos com uma modificação proposta na Programação Anual de Saúde, não apresentada, mas escrita que transforma o SAMU do Corpo de Bombeiros em um SAMU privatizado. E nesse passo, deu início à apresentação e discussão sobre o Contrato e a Administração do SAMU. Após a apresentação, deu-se início à discussão sobre o assunto e o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** disse que se preocupa muito com essa situação e que precisa de uma posição da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Estadual. Falou que tem visto várias matérias do atual governador do Estado do Rio de Janeiro dizendo que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro assumirá o SAMU, desde que devolva ao Estado os Hospitais Albert Schweitzer e Rocha Faria. Afirmou não concordar com essa colocação; porém, caso viesse a ocorrer, lembrou a necessidade de vincular a essa ação, a responsabilidade de assumir uma administração eficiente, tendo em vista, a situação precária que se encontram essas duas Unidades quando foram entregues ao Município. Solicitou esclarecimentos sobre o que expôs. Logo após, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que gostaria de mais esclarecimentos a respeito desse contrato SAMU para o Município do Rio de Janeiro e de saber quem contrata o SAMU? De onde vem o recurso? Quem paga para o SAMU funcionar? Por que ele é da Cidade do Rio de Janeiro ou para a Cidade do Rio de Janeiro? Por que o município deve ser ouvido? Entende que, se o serviço SAMU é para a Cidade do Rio de Janeiro, cabe a Prefeitura da Cidade através da Secretaria Municipal de Saúde, promover o devido processo de contratação. Por fim, declarou que, como representante do CDS AP 5.2 no Conselho Municipal de Saúde, fazer um posicionamento a respeito do assunto não é possível, sem que seja avaliado todo o processo que envolve a questão. A seguir, o **suplente da Secretária de Saúde, conselheiro José Antônio Alexandre Romano** disse que falou com a Secretária sobre esse ponto e todo o histórico que o envolve e ela (a Secretária) ficou de indicar uma pessoa para vir à reunião falar sobre essa questão. Porém, adiantou que a Secretária disse que, a princípio, a posição da Secretaria Municipal de Saúde permanece a mesma, ou seja, de não acolher o SAMU nesse momento. Após, a **conselheira estadual Solange Gonçalves Belchior**, respondendo, primeiramente ao conselheiro José Antônio Alexandre Romano disse que o Conselho Estadual de Saúde não trouxe essa questão para ser resolvida imediatamente ou, ainda, neste ano; porque, antes de tudo, não estava prevista no orçamento e não teria como propor a mudança de qualquer coisa em um ano que fosse

final de governo como é o caso. Continuando, disse que a apresentação que havia feito sobre o SAMU foi para corrigir um erro cometido no passado e quando a Secretaria Municipal de Saúde diz que não tem interesse no SAMU, ela (a Secretaria) tem que dizer o motivo. Explicou que 70% (setenta por cento) do custo SAMU são financiados pelo Ministério da Saúde; que o SAMU se integra à rede de Emergência da Cidade do Rio de Janeiro e que o restante do Estado, por incrível que pareça já está resolvido. Frisou que, o problema que está sendo discutido ali, refere-se somente a Cidade do Rio de Janeiro. Com relação ao financiamento, a conselheira estadual informou que o Ministério da Saúde banca para o SAMU todas as ambulâncias equipadas, tanto as básicas, quanto as com UTIs. Explicou que o Ministério da Saúde financia apoio para as equipes cadastradas mandando recursos para qualificá-las e treiná-las; banca ambulâncias, lanchas, motos, dois helicópteros para atender a remoção e, ainda, se integra com a Polícia Rodoviária, Corpo de Bombeiros, Aeronáutica, Marinha e Exército e que o SAMU atua, inclusive, em desastres junto ao Corpo de Bombeiros em áreas de Defesa Civil. Acrescentou que esse financiamento é parecido com o Programa de Saúde da Família. A Prefeitura disponibiliza o prédio alugado ou o próprio onde serão guardadas as ambulâncias e o Ministério da Saúde manda recursos, inclusive, para a manutenção das ambulâncias. Garantiu que pode tranquilizar a todos já que o SAMU não dá prejuízo a nenhuma Prefeitura. Muito pelo contrário, ajuda a organizar a rede de Emergência, sendo a porta de entrada dela. Então fez a seguinte comparação: se o Programa de Saúde da Família é a porta de entrada para a Atenção Básica, o SAMU é a porta de entrada da Emergência. Disse, ainda, que a população da Cidade do Rio de Janeiro está sendo muito mal assistida. Só havia quatro ambulâncias boas funcionando para a cidade inteira; cinco ou seis estão sucateadas, ora funcionavam, ora não. Esclareceu que as ambulâncias são responsáveis pelo atendimento de todos os casos de urgência com ou sem risco de vida. As básicas, as pouco equipadas têm enfermeira, motorista e às vezes um técnico, dependendo de como se compõe a equipe e são para atendimento a casos do tipo “caiu em casa, se machucou, mas está lúcido e orientado”. Já para os casos de AVC, infarto, necessidade de entubar, batida de carro de frente com feridos são enviadas as que têm CTI. Quem decide qual delas vai sair para fazer a assistência é um profissional médico ou enfermeiro que está à frente do atendimento. Asseverou que é um trabalho bem organizado enquanto protocolo. Sobre a fala do conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano, a **conselheira estadual Solange Gonçalves Belchior** disse que uma Secretaria não pode dizer simplesmente “não, porque não quero”; que está escrito na Portaria do Ministério da Saúde que se o SAMU é municipal, a Secretaria Municipal tem que se pronunciar justificando porque não o quer. Acrescentou que não estão discutindo algo para 2020, sequer para 2021 porque o orçamento de 2021 já está pronto; que discutirão o SAMU para o Rio de Janeiro a partir de 2021 quando já terão um novo governo municipal e poderão, assim, se pronunciar a respeito. Falou que, no atual momento a única opção que existe para não interromperem a assistência é a Fundação Saúde, proposta da Secretaria de Estado e que não podem ser irresponsáveis dizendo que são contra. Porém, deve-se pensar para 2022, quando estarão com outro orçamento, com outro governo e outras vontades que espera serem mais corajosas do que as que têm tido na Saúde. Ainda, que com a segurança de enfermeira que está com trinta e três anos de profissão em trabalho na Emergência, que pode dizer que o atendimento que o SAMU dá à Cidade do Rio de Janeiro ainda não é bom e não é bom há muito tempo. Que não é bom porque não cumpre minimamente o número de ambulâncias, de motos, de equipes e de uma série de outras coisas. Dirigindo-se à conselheira Neide Maria Neres Tinoco, disse-lhe que ficasse tranquila porque é para a Cidade do Rio de Janeiro, que os outros 91 municípios do Estado do Rio estão com a vida resolvida e ninguém reclama de nada. Referiu-se ao autoritarismo da Secretaria Municipal de resolver as coisas sem ouvir e não é essa a orientação que o SUS dá e, sim, a de pactuar. Falou que o Conselho tem que aprender a trabalhar juntos e o Conselho Estadual tem que ouvir sempre os municipais, ou seja, a base municipal. Disse também que aquela é uma primeira conversa e que chegará um ofício que precisará ser respondido. Respondendo ao conselheiro Ludugério Antônio da Silva, disse que não havia condicionamento nenhum; que a palavra certa é chantagem. Chantagem de um governo sobre outro e que os conselheiros ali não tem que entrar nesse assunto. Lembrou que, desde a Primeira Conferência Municipal de Saúde, sempre aprovaram que o Hospital Albert Schweitzer e o Hospital Rocha Faria teriam que ser municipalizados. Portanto, se a

Conferência aprovou, não deveria haver condicionamentos por parte de ninguém, até porque aquela área é municipal e concentra grande população. Disse o que foi feito com Eduardo Paes e o Sérgio Cortes, só se faz em jogo de mesa; que Unidade de Saúde não é jogo de mesa, o que se dá para um, se dá para outro como se fosse filho enjeitado. Unidade de Saúde é importante porque salva a vida da população. Portanto, o SAMU não tem nada a haver nem com Hospital Albert Schweitzer, nem com o Hospital Rocha Faria, nem com o Hospital Pedro II, nem com o Hospital Miguel Couto, nem com o Hospital Souza Aguiar em termos de troca; mas tem a haver com todos eles porque se funcionar mal, impactará todos. Após, a **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** disse que é muito difícil fazer alguma colocação a mais naquele momento, quando a Secretaria Municipal de Saúde não está presente e só manda um recado da secretária para o Conselho dizendo “eu não quero”, ou seja, quando não tem ninguém da Secretaria Municipal de Saúde para justificar os motivos pelos quais a secretária diz “eu não quero”. A conselheira disse que quer saber os motivos e que sejam ditos por alguém que se responsabilize pela resposta, mas não através de recados. A seguir, o **suplente da Secretária de Saúde Ana Beatriz Buch, conselheiro José Antônio Alexandre Romano** disse que não teria recado nenhum; que não teria autoritarismo nenhum; que havia passado para a secretária que aquela reunião seria uma discussão preliminar sobre o assunto, não seria para o Conselho dar nenhuma posição. Foi isso que teria entendido quanto ao objetivo daquela reunião. Falou que as pessoas precisam entender que estão no mês de setembro; que falta apenas três meses para o fim do mandato do governo municipal atual; que é muito difícil dizer que iria ter um novo plano sobre qualquer coisa para agora e que essa é a verdade. Acrescentou que não havia decisão nenhuma fechada; que o Conselho poderia discutir e opinar sobre o assunto com a participação da secretária; que não entende o porquê dessa animosidade desnecessária com ela (a secretária) e que, no entender dela, não havia condições de assumir o SAMU, nesse momento, por diversas razões que não somente financeiras, pois estão diante de uma transição de governo. Seguindo a reunião, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** solicitou permissão para um encaminhamento sobre o assunto em discussão e disse que o Conselho Estadual de Saúde, representado naquele momento pela conselheira Solange Gonçalves Belchior está encaminhando um ofício para o Conselho Municipal de Saúde solicitando um posicionamento desse Conselho. Então, o **Secretário Executivo** sugeriu que o ofício fosse recebido para que, depois, a Comissão Executiva em reunião possa discutir sobre o que fazer. Provavelmente, fará uma interpelação oficial a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro sobre o assunto e, após, de posse de mais elementos marcarão uma nova pauta para discutir sobre o tema. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, lembrou que, assim que a pauta daquela reunião em curso for divulgada irá disponibilizar no grupo dos conselheiros, a pedido da conselheira Valeska Holst Antunes, a Portaria do Ministério da Saúde que se refere ao SAMU para que todos os conselheiros tomem conhecimento do teor dela. Dirigindo-se a Presidente do Conselho e demais conselheiros, perguntou se poderia ser assim como ele havia sugerido. A **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes**, com a palavra, agradeceu a presença da conselheira estadual Solange Gonçalves Belchior e a apresentação feita sobre o SAMU. Disse que aguardará a chegada do ofício; após, conversará com a Secretária Municipal de Saúde para depois junto à Comissão Executiva decidirem quais providências poderão tomar. A título de informação, a **conselheira estadual Solange Gonçalves Belchior** comunicou que, também, enviará para a Secretária de Saúde uma cópia do ofício para que se pronuncie a respeito da municipalização do SAMU. Colocado em votação o encaminhamento do ofício em tela, sugerido pelo Secretário Executivo, verificou-se a sua aprovação por maioria simples pelos membros do Colegiado. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou para o **item 3 da pauta**: Esclarecimentos sobre a implantação do serviço TeleSaúde. Trata-se de uma indicação do conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes para pauta, pois teve conhecimento de que esse serviço está funcionando bem, embora a gerente da Unidade de Atenção Primária (CF Fiorello Raymundo) daquele território não soubesse da existência dele e, por isso, o conselheiro solicitou esclarecimentos detalhados a respeito do tema como, por exemplo, se esse Sistema da Prefeitura está interligado com o E-SUS e com acesso ao prontuário do paciente. O Sr. Henrique, morador do Cantagalo na Zona Sul, AP 2.1, disse que a esposa dele, também, já utilizou esse serviço e que foram bem atenciosos; emitiram receituário com assinatura digital; que é necessário usar

o aplicativo Zoom e que é um serviço bem interessante dado o momento de pandemia que se vive. Porém, da mesma forma do acontecido na narração anterior, o gerente da Unidade de referência daquela área da AP 2.1 desconhece esse serviço. Contou que fez um levantamento pela internet pesquisando no YouTube, redes sociais e etc. e não encontrou nenhum tipo de manual de instrução ou vídeos instrutivos que indicasse o passo a passo de como ter acesso a esse serviço. A seguir, para esses esclarecimentos o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, passou a palavra ao **Dr. Leonardo Graever** que depois de cumprimentar todos disse que esse serviço foi idealizado por ele, juntamente com sua equipe em parceria com a Empresa IplanRio, empresa de informática da Prefeitura; que foi inspirado na pandemia da Covid-19, mediante as recomendações de a população não sair de casa, em especial de não dirigir-se às Unidades de Saúde por serem locais com virulência maior, e a necessidade das pessoas entrarem em contato com profissionais de saúde, sobretudo os médicos. Acrescentou que no mundo inteiro foram incentivados a criação e o uso de serviços de Telemedicina; que na Secretaria Estadual de Saúde foi criado o “160”, um serviço telefônico que orienta sobre a Covid e que receberam muitas ligações; porém não atende ao paciente que fosse portador de qualquer outra doença. Diante dessa limitação, se propuseram a criar uma Central de Teleatendimento que pudesse atender o máximo de pessoas dentro daquilo que é possível. Assim, com estas informações preliminares, o **Dr. Leonardo Graever** deu continuidade a apresentação dos esclarecimentos a respeito do assunto. Após a apresentação, começou a responder às dúvidas dos conselheiros e sobre a pergunta feita pelo conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes disse que sim, que utilizam o E-SUS para registrar as consultas porque é o mesmo prontuário eletrônico que utilizam na rede da Prefeitura; só que, como toda e qualquer Unidade a base de dados da Unidade deles é local. Assim, uma consulta feita ali, fica ali, da mesma forma como em todas as outras Unidades de Saúde. Falou que estão resolvendo isso com a compra e instalação do servidor municipal de dados (inaudível). Que usam o mesmo sistema e teriam como consultar o prontuário do paciente através de um sistema que criaram chamado “Repete”, onde o médico entra no prontuário de qualquer equipe, de qualquer Unidade de Saúde da cidade e pode visualizar o que o paciente já teve, o que ele já frequentou de serviços na cidade, as consultas que ele já teve, que doença ele já teve, que remédios ele já tomou. Concluiu dizendo que daqui a algum tempo será sistema único para o cidadão. A **presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se o sistema de Teleatendimento está ligado às Clínicas? Se qualquer pessoa poderá ser consultada por esse sistema? Se as farmácias estão capacitadas e com permissão de receberem esse receituário emitido eletronicamente e se as Coordenadorias estão realmente cientes da existência desse processo de consulta e capacitadas a dar informações a respeito para os Conselhos Distritais? Com relação à primeira pergunta formulada pela Presidente do Conselho, o **Dr. Leonardo Graever** disse que têm se esforçado muito, embora o paciente que atende não fosse deles e sim da Clínica da Família onde ele (o paciente) tem o seu médico, mas que por algum motivo precisou usar a Central de Teleatendimento; quando identificavam que algum paciente apresentava algum problema que exigisse mais seriedade e cuidados, entram em contato com o médico da Clínica da Família imediatamente. Disse, ainda, que essa rotina já acontece; que as equipes dos pacientes nas Clínicas da Família já recebem relatos de casos que atendem e isso evita que sejam feitas duas entradas no Sistema da Atenção Primária e das Clínicas da Família. Salientou que é pretensão deles que, num futuro próximo, as próprias Unidades de Saúde da Família façam esse tipo de consulta (Teleatendimento), assim o paciente será atendido por alguém (médicos, enfermeiros etc.) da sua própria Unidade, o que será sempre melhor, inclusive com a dispensa dos medicamentos com mais facilidade. Falou que estão construindo um sistema de informação no qual escrevem e a Clínica de Saúde da Família recebe a mensagem de que o paciente tal foi consultado pelo Teleatendimento e viram que ele tem o problema tal e entendem que é melhor fazer isso ou aquilo. Enfim, fazem um trabalho que tem uma interseção forte com as Unidades de Atenção Primária. Com relação às farmácias disse que, com certeza, já foram avisadas; que as CAPs têm muito trabalho e os gerentes das Clínicas também o têm e que por isso nem sempre é possível absorver tudo. Percebe que isso é uma questão para os conselheiros e para tanto se comprometeu a fazer um esforço para divulgar mais na rede esse serviço. Quanto à pergunta sobre a existência de instrutivos, disse que estão divulgando nas mídias sociais e até naqueles relógios que

marcam à hora na cidade para que o paciente entre na plataforma e quando ele (o paciente) agendar a consulta, recebe um e-mail que lhe dá orientações, mas é claro que muitas pessoas tem dificuldades em relação a celular, internet e computador. A seguir, a **conselheira Valeska Holst Antunes** disse que a princípio não existe um posicionamento contrário a esse serviço, porém, existe algumas preocupações e uma delas é o fato de ainda se trabalhar com o prontuário eletrônico em bases locais, ou seja, o não acesso a base de dados o que traz algumas limitações, tanto para quem está fazendo o atendimento via Telemedicina virtual por não ter acesso ao prontuário anterior do paciente, quanto para que isso possa ser repassado para as equipes. Sugeriu que talvez fosse interessante disponibilizar para o usuário ao final da consulta não apenas a receita ou o laudo ou o pedido de exame, mas também o resumo do atendimento para que pudesse ser entregue à equipe de referência do paciente na Clínica de Saúde da Família. Disse, ainda, que teriam recebido algumas notícias e essa é a principal preocupação que tem, de que os gerentes que mais indicavam e orientavam o uso desse recurso aos pacientes (a Telemedicina), são justamente os das áreas onde existe um déficit grande de alocação de profissional médico. Ou seja, na ausência de um médico para oferecer a consulta, o próprio gerente orienta a utilização da Telemedicina. A conselheira identifica o perigo que existe dessa situação acabar servindo como serviço substituto mediante a ausência do profissional responsável pelo atendimento presencial por mais que não fosse essa a intenção. Acha interessante, até mesmo para poder monitorar, que tivessem acesso a relatórios; não aos nomes, obviamente, mas àqueles em que é possível ver a concentração dos locais de moradia das pessoas que mais acessavam esse serviço porque a impressão que tem é que esses locais são, justamente, onde existe a deficiência de profissional médico contratado. E isso é algo que precisam tomar muito cuidado porque sabem que não muito tempo atrás, foi vendida uma proposta ao Prefeito justamente de Telemedicina para poder dar conta da ausência de médicos em alguns locais, inclusive por dificuldades de alocação por conta da violência e etc., e esse fato aconteceu muito antes da pandemia. Concluiu dizendo que é uma enorme preocupação para o Conselho Municipal de Saúde que isso acabe se configurando nesse sentido, ainda que não fosse a intenção inicial. Respondendo à conselheira, o **Dr. Leonardo Graever** disse que com relação a esse movimento de Telemedicina, no caso o da Prefeitura, a intenção, o motivo principal de sua criação foi a pandemia, embora atualmente o objetivo tenha ultrapassado a pandemia e, hoje, querem fazer Telemedicina para alguém que deseje ser atendido em casa, independente da pandemia acabar ou não. Afirmou que a Telemedicina tem aparecido como uma nova oferta de cuidado, claro, que sempre complementar ao atendimento presencial. Repetiu, mais uma vez que nunca o atendimento de Telemedicina irá substituir o médico, o enfermeiro, um agente comunitário ou um técnico de enfermagem que cuida de um paciente. Disse, ainda, que não é intenção deles em momento nenhum substituir; que a intenção é agregar e complementar; que a implantação da Central não tem nenhuma relação com a declaração feita pelo Prefeito Marcelo Crivella na ocasião, que foi intempestiva frente a um problema que ele detectou no pensamento dele. Contou que chegou a ir ao Conselho Regional de Medicina para explicar que não é aquilo que iriam fazer naquele momento. No entanto, o que fizeram tem relação com as melhores práticas de saúde que estão sendo feitas em vários lugares não só do Brasil como do mundo para que as pessoas possam ter acesso a saúde de outra maneira porque sabem da dificuldade da população chegar à Atenção Primária, até em lugares onde existe profissional de saúde. Situação conhecida por coordenadores e trabalhadores das Unidades de Saúde. Então, criar acessos é sempre bom, trabalham com responsabilidade e direcionados para a Atenção Primária usando especialistas e fazendo todas as conexões possíveis. Acrescentou que trabalham na Central objetivando o desenvolvimento de uma prática que futuramente será incorporada às Clínicas de Família quando, então, toda essa questão acabará, pois o paciente que tenha recursos e deseje poderá fazer uso da Telemedicina. Planejam melhorar essa cultura do uso da Telemedicina na cidade e inteirou que ser atendido por um médico virtual em algumas cidades do Brasil como Florianópolis e Curitiba é uma prática bem comum, bem como em planos privados de saúde. Sobre a ideia que a conselheira Valeska Holst Antunes citou de criar uma comunicação, disse que existe uma questão relacionada à privacidade dos bairros. Por exemplo: não chegar às mãos de um Agente Comunitário de Saúde que a pessoa tal tem um diagnóstico que não quer que o agente saiba. Por isso, estão desenvolvendo um sistema com senha onde somente o médico

ou o enfermeiro conseguirão ter acesso. Trata-se de um sistema parecido com o sistema que fizeram para o hospital quando o paciente recebe alta. O hospital manda uma mensagem dizendo o que aconteceu durante a internação. Quanto ao mapeamento solicitado pela conselheira, informou que é possível fazê-lo para se conhecer o lugar onde se concentram as consultas feitas por intermédio da Telemedicina. Disse que irão esclarecer os gerentes com mais informações a respeito da Telemedicina e entende que, quando eventualmente um gerente estiver sem médico na Unidade, ele precisará de ajuda e essa ajuda poderá vir da Telemedicina porque o paciente não pode ficar sem nenhum contato com um profissional de saúde, embora, todos saibam que a Telemedicina não é um serviço que substitua a presença do médico. A seguir, o **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** disse que já vivem no Conselho algum tempo e que essa falha é muito antiga: os projetos que são idealizados e implementados pela Secretaria não são passados pela análise do Colegiado dos Conselhos Distritais e Municipal, quando deveriam; que, na realidade já recebem o pacote pronto e que, muitas vezes, essas metodologias são até boas para implementação, mas ficam capengas pela falta da ajuda colaborativa dos conselheiros que vivem dentro da realidade que ocorre nos territórios, ou seja, capenga pela falta da participação popular da construção do projeto. Alertou a presidente do Conselho da necessidade de reivindicarem a passagem de quaisquer questões e projetos pelos Conselhos a fim de que seja debatida para verificação de sua viabilidade. Após, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou ao Dr. Leonardo Graever se teria algum vídeo, algum instrutivo para orientar o usuário em relação ao sistema (essa pergunta estava no Chat). O Dr. **Leonardo Graever** respondeu que tinham as mídias sociais: o Facebook, o Instagram, o Instagram da RioSaúde, todos da Prefeitura; que é só entrar no link que o usuário será direcionado. A seguir, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva**, com a palavra, disse que o Dr. Jacob Klingerman, o Dr. Hans Fernando Rocha Dohmann, o Dr. Daniel Ricardo Soranz Pinto, o Dr. Carlos Eduardo, o Dr. Marco Antônio Matos e a Dra. Ana Beatriz Buch tiveram reuniões com os presidentes dos Conselhos e todos disseram ser favoráveis e que estava bem adiantada a questão da Central Única de Regulação (Município, Estado e Federal). Perguntou ao Dr. Leonardo Graever o que saberia a respeito? A respeito da fala do conselheiro Carlos Bessa, o Dr. **Leonardo Graever** pediu desculpas por não ter debatido o assunto com os conselheiros. Disse achar que aquele sistema deveria ter sido apresentado ao Conselho Municipal, pois, assim teriam evitado alguns maus entendidos, mas que o erro foi causado pela total falta de tempo, dada as circunstâncias que a pandemia envolveu a todos. Para o conselheiro Ludugério Antônio da Silva disse que o sistema de Telemedicina não é uma Central de Regulação, trata-se de um serviço de atendimento feito como se fosse uma Clínica da Família virtual. Acrescentou que, quando atendem um paciente pelo Teleatendimento da Central de Telemedicina conseguem entrar no SISREG e ver qual a situação dele naquele sistema. Conversam com o paciente a respeito do por que estar esperando aquela vaga, o que ele está sentindo e, por vezes, conseguem atender e resolver questões relacionadas ao SISREG que ele tem e que todos sabem é uma das grandes dificuldades da Rede Municipal de Saúde. Quando não conseguem resolver reapresentam o caso do paciente à Clínica da Família para que possam resolver. Prosseguindo, disse que existe ali uma enorme oportunidade e que já focavam nela objetivando melhorar a situação das pessoas que estão na fila do SISREG aguardando procedimentos, exames e etc., fosse entrando em contato com a Central de Regulação salientando os casos urgentes que não podem esperar, que é necessário antecipar uma vaga ou casos que podem esperar; que tudo isso está sendo feito de maneira técnica com médico avaliando, pois, de fato tem uma classificação de risco que às vezes, precisa ser feita e que ninguém fala em furar a fila de ninguém. Lembrou que, desde a época em que esteve nas discussões do Conselho Distrital da AP 3.1, dizia que colocar um paciente no SISREG não significava que a vida dele estava salva e que era preciso rever o caso periodicamente; que esse é o papel da Atenção Primária de Saúde: olhar o paciente que aguarda uma cirurgia e pensar se o problema que tem não teria crescido; se ele não precisava antecipar uma abordagem em um hospital para rever o caso e perguntar como está passando. Concluiu dizendo que atuam nesse sentido; que já teriam resolvido algumas pendências importantes para o cidadão não importando se, de repente, atravessaram um pouco o processo de trabalho da Clínica da Família que, por algum motivo não conseguiu avaliar aquele paciente, pois é sabido que essas Clínicas estão muito sobrecarregadas. Frisou que tem que ficar claro

que aquele serviço é um serviço de apoio. A seguir, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que queria deixar consignada em ata a fala dela e, dirigindo-se ao Dr. Leonardo Graever disse que teria entendido que a Telemedicina é um serviço complementar que veio para somar as ações de saúde; que isso é muito bom porque conforme o doutor havia falado, a Telemedicina vem para ajudar o SISREG, tanto nas fases mais graves como às não tão graves nas avaliações rápidas para a fila andar e mostrar que, às vezes, são situações que se resolvem mesmo a distância. Contou que falava assim porque viu um exemplo disso acontecer com sucesso e quer deixar registrado. Também, registrou que a conselheira Érida do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 super elogiou esse serviço como um serviço complementar que soma, porque ela (a conselheira Érida), enquanto conselheira, fez uso dele e também teve uma saída de sucesso para o problema dela; mas, não obstante, estariam com falhas muito grandes. Referiu-se às Clínicas da Família; disse que há muito tempo indagam os representantes da RioSaúde dentro do território da AP 5.2, Campo Grande e Guaratiba sobre a falta de médicos; que desde dezembro quando eles assumiram e que ainda não tinha pandemia, vieram para resolver os problemas da O.S. anterior mas que em seis meses também deixaram sem médicos muitas Unidades. Então, até aquele momento, estão com falta de médicos. Acha que o uso da Telemedicina como complemento é “show de bola” para os usuários de saúde do território da AP 5.2 pelos quais fala. Porém, as Clínicas de Saúde da Família não podem correr o risco de serem transformadas em “Lan House” de Saúde, tendo em vista que lá só teria enfermeiro e a CAP até aquele momento não respondeu ao questionamento de quantos médicos faltam. Frisou que a CAP 5.2 e a Coordenação Regional de Emergência da AP 5.2 não atualizam e nem respondem para o Conselho Distrital de Saúde as indagações postuladas por aquele Conselho em sua integralidade com relação a números, valores de obra, número de médicos, Unidades em que falta ultrassonografia, Raio X Digital. Enfim, não sabem o que tem no território, mas sabem, por exemplo, que na Dr. Hans, na Praia da Brisa não tem ultrassonógrafo funcionando desde 2018 e, no entanto, todos viram o Prefeito doar um tomógrafo. Dirigindo-se ao Dr. Leonardo Graever disse que a questão da Telemedicina é muito importante e precisam de mais e melhores explicações e esclarecimentos sobre esse serviço porque, enquanto controle social, podem contribuir com a divulgação dele, a fim de que os usuários possam usufruir ao máximo essa nova ação da Saúde. O Dr. **Leonardo Graever**, com a palavra, agradeceu os relatos da conselheira Neide Maria Neres Tinoco e disse que atualmente ocupa uma posição na Prefeitura que gerencia muito pouco a Atenção Primária e que não pertence mais à Subsecretaria de Promoção da Saúde Atenção Primária e Vigilância, a SUBPAV, e que tem como gestor o Senhor Leonardo El Warrak. Ainda assim, levará para o gestor da SUBPAV o relato da conselheira Neide Maria Neres Tinoco que diz respeito às estruturas das Unidades de Saúde. Acrescentou que conviveu durante oito anos no modelo de gestão por Organização Social e agora convive com a gestão de empresa pública e que acredita ser melhor que a outra empresa terceirizada. Porém, é importante ter noção de que, independentemente do modelo de gestão, a Prefeitura é responsável pelo processo de gestão do serviço de saúde. Poderia usar a empresa pública ou contratar uma Organização Social para fazer isso, mas a responsável pela gestão é a Prefeitura. Portanto, seriam a Subsecretaria de Promoção da Saúde na Atenção Primária e Vigilância e os coordenadores das áreas os que devem satisfazer por serem os responsáveis por facilitar que aquelas áreas sejam providas por médicos regulando, criando decretos e leis, mexendo com salários, benefícios e estímulos para que se fixem lá. Disse, também, que deveriam ser claro para poder discutir esse problema no futuro, que nem as Organizações Sociais e nem a RioSaúde são as culpadas, que a responsabilidade é da Prefeitura. Prosseguindo, o Sr. **Aldair**, usuário na AP 5.2, aproveitando o final da argumentação do Dr. Leonardo Graever, disse que seria interessante que as pessoas da Prefeitura, responsáveis por essa fiscalização, fossem trazidas até lá e quando se tem um contrato, as partes tem responsabilidades sobre as obrigações que assumiram. Depois, fez as seguintes perguntas ao Dr. Leonardo Graever: como e por quanto foi orçado o sistema de Telemedicina? Como teria se baseado esse sistema? Qual o índice? Há quanto tempo e como esse sistema foi planejado (porque o sistema básico de Saúde tem problemas há mais de 30 anos)? Ou foi planejado para alguma pandemia? Como será o atendimento a uma pessoa com necessidades especiais? Esse Sistema de Telemedicina contempla enfermagem ou é só Telemedicina? Não terá Telepsicologia (porque o índice de pessoas com problemas

mentais está aumentando (medo, outros traumas)? A Telemedicina completa uma equipe de saúde? Esses médicos recebem algum salário ou um complemento adicional por estarem trabalhando com a Telemedicina ou recebem o mesmo piso salarial que o médico que trabalha na Atenção Primária? Após, em resposta, o **Dr. Leonardo Graever** disse que com relação a orçamento e planejamento orçamentário, noventa por cento dos médicos já são contratados pela RioSaúde ou pelas Organizações Sociais e tem carga horária disponível, por exemplo: muitos médicos trabalham 4 dias na semana fazendo 10 horas por dia; então, perfaz 40 horas nesses 4 dias e tem, ainda, um dia livre até mesmo um sábado. Então, eles pegaram esse dia como mais um turno para fazer a Telemedicina. Por esse turno, recebem proporcional a carga horária trabalhada tendo como referência o mesmo salário básico como se tivessem na Clínica da Família. Caso, o médico não seja da Rede o que foi uma exceção, eles foram contratados pela RioSaúde com um salário igual ao salário pago na Clínica da Família recebendo proporcionalmente às horas trabalhadas. Quanto a questão da falta de outros profissionais no sistema considera importante a participação do enfermeiro e, de fato, sabe que a Telepsicologia foi uma das ciências que mais se desenvolveu naquele período de pandemia. Acrescentou que para o começo da Telemedicina na Saúde do Município fizeram o primeiro chamado para os médicos e houve uma grande procura que foi considerada bem positiva. Então, esse chamado de médicos foi o primeiro time que montaram. Em relação à permanência desse serviço, disse tratar-se de um contrato temporário semelhante aos contratos que foram relacionados à medidas que tiveram como motivo a pandemia da Covid-19. Um contrato temporário, regido pela CLT e com prazo para terminar em dezembro. Contou que estão preparando uma renovação desse contrato para ser definitivo e ser aprovado, ainda pela gestão atual se der tempo, obviamente ou pela próxima gestão para quem vier sustentar o projeto. Lembrou que estão numa fase de mudança de governo, o que gera incertezas com relação à permanência do serviço, mas, particularmente acha que vale a pena a permanência dele para agregarem mais profissionais e caminharem depois para a pulverização dessa tecnologia para as Clínicas da Família. Essa será a meta final deles. Por fim, disse que é importante salientar que não alugaram nenhum espaço, nenhuma estrutura; que trabalham dentro da Central de Regulação onde existe uma sala vazia com mesa; que aproveitaram os recursos existentes e não gastaram um centavo com instalações e que gastam somente com o RH e com o aluguel dos computadores que é barato. É um orçamento bem enxuto e acredita que o custo benefício é muito bom. A **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, agradeceu a presença do Dr. Leonardo Graever e disse que ficou o recado. Pediu quando houver outro projeto que ele (Dr. Leonardo) leve ao Conselho Municipal de Saúde. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, também, agradeceu ao Dr. Leonardo Graever por ter atendido ao pedido formulado pelo Conselho. Dando prosseguindo, foram para o **4º ponto da pauta**: Esclarecimentos sobre mudança ou renovação dos contratos das Organizações Sociais nas AP 3.2 e 5.3. Para os devidos esclarecimentos, o **Secretário Executivo** chamou o Dr. Pedro Vilela e agradeceu antecipadamente ao subsecretário Dr. Leonardo El Warrak por ter atendido prontamente o pedido do Conselho. O **Dr. Pedro Vilela**, com a palavra, quis deixar claro que o Dr. Leonardo El Warrak não pôde comparecer à reunião e pediu para que o mesmo viesse esclarecer as possíveis dúvidas que os conselheiros tem com relação aos contratos da AP 3.2 e 5.3. Deu, assim, início aos esclarecimentos dizendo que o edital da AP 5.3 já foi decidido e homologado pela secretária e a ganhadora homologada foi a CEP que assumirá a gestão da AP 5.3 a partir do início de outubro. O referido edital foi homologado com um mês de antecedência do início do contrato, dando tempo hábil tranquilo para a transição entre O.S e de ajeitar algum problema que possa ocorrer e responder a altura. Em relação a AP 3.2, disse que foi solicitado processo de renovação da Organização Social atual, a SPDM; que esse processo já passou por todos os trâmites internos e naquele momento se encontra no Gabinete do Prefeito para ser aprovado. O contrato da AP 3.2 será prorrogado por mais um ano e o processo já está pronto, tramitado e a gestora da pasta definirá se vai prosseguir com aquele edital ou não ainda esse ano, mas por questões eleitorais, acredita que não será viável. Ao término desses esclarecimentos, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se é a CEP 28 que assumirá a área da AP 5.3 na parte administrativa, recursos humanos, saúde e também como ficará a AP 3.2? O **Dr. Pedro Vilela**, em resposta, disse que o contrato de gestão da AP 5.3 findará em outubro de

2020; o processo de edital de seleção pública concorreu em agosto e o resultado foi homologado pela secretária no mês passado, dando como vencedora a empresa CEP. Com relação a AP 3.2, disse que o contrato foi renovado com a SPDM. Lembrou que em toda renovação contratual existe uma cláusula dizendo que se houver seleção pública homologada com resultado, o contrato poderá ser rompido. Então, caso a secretária decida realizar um pré-chamamento público para fazer essa seleção e fosse homologado o resultado, ela pode romper o contrato com a SPDM a fim de melhorar e economicidade do contrato do município. A **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se pode considerar ser esse um contrato emergencial? O **Dr. Pedro Vilela** disse que não; que esse é o contrato vigente da SPDM que foi prorrogado por mais um ano. A seguir, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** tornou a pedir que fosse transcrita na íntegra a sua fala. Disse que tem na AP 5.2 a O.S. IABAS que foi desligada e depois entrou a IPCEP, conforme teria falado anteriormente e agora tem a RioSaúde. Que o Controle Social faz parte da CTA - Comissão Técnica de Avaliação e que, apesar das várias denúncias feitas em reuniões da falta de preparo dos conselheiros para entender os relatórios, que fizeram um cursinho chave, mas foi um cursinho que se entra e sai sem muito conhecimento. Que não adianta qualquer presidente dizer que manja legal de CTA, que ela (a conselheira Neide) não acredita. Então, não tiveram e apesar do pouco preparo que tem com a CTA, agora tem a RioSaúde na gestão das Unidades da Atenção Primária, Emergência e Urgência. Informou que a RioSaúde não é CTA, era a CEA (Comissão Especial de Avaliação) que mudou o nome ou não. O Controle Social deveria ter informações sobre os valores, sobre as contratações, sobre como está sendo feita a gestão do dinheiro público na Saúde por essa prestadora de serviço que é a Empresa Municipal de Saúde – a RioSaúde. Dirigindo-se ao Dr. Pedro Vilela, disse que enviaram expedientes questionando, perguntando, querendo saber informações e até aquele dia não foram respondidas e não sabem o porquê. Por isso, pergunto aqui e agora e se possível ainda nesta reunião as respostas para que todos entendam o por que da CEA e da RioSaúde para que possam compreender, entender e participar. Meu amigo Pedro Vilela, por favor, se você tiver a capacidade de nos responder, peço que o faça, se não, quem tiver capacidade nessa reunião o faça porque precisamos de conhecimento a esse respeito uma vez que a RioSaúde já está com vários contratos na AP 5.2 desde dezembro do ano passado. Muito obrigada. O **Dr. Pedro Vilela**, com a palavra, após cumprimentar a conselheira Neide Maria Neres Tinoco, disse-lhe que será muito sincero e que não entendeu, exatamente, qual é a dúvida, a questão dela. Então, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** retrucou dizendo que percebeu que ele (Dr. Pedro Vilela) não tem condição de esclarecer aquilo que perguntou. O **Dr. Pedro Vilela**, em resposta, esclareceu que, pelo que teria entendido, a conselheira enviou expedientes para a Coordenação de Área da AP 5.2 solicitando informações acerca da prestação de contas da Comissão de Avaliação Técnica da RioSaúde que no caso é a CEA e não teve resposta da própria Coordenação. Disse, ainda, que não teria compreendido a questão dela querer saber a resposta do por quê. Que a conselheira perguntou por quê o controle social não está na CEA e não terem as informações dos relatórios dessa Comissão, além de querer também que a solicitação de informações fosse atendida. Prosseguindo, disse que todo o expediente enviado deveria ser respondido em tempo oportuno e que a informação solicitada deveria ter chegado até eles (o CDS); que como a conselheira Neide Maria Neres Tinoco afirmou que a resposta não teria chegado, então, ele (Dr. Pedro Vilela) poderia abrir um processo administrativo para se inteirar o que está ocorrendo. Solicitou a conselheira Neide Maria Neres Tinoco que lhe enviasse cópias dos expedientes despachados para a Coordenadoria da AP 5.2 que não teve respostas para que a Subsecretaria possa cobrar da AP 5.2 o porquê do não esclarecimento das dúvidas do Conselho da área. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** concordou com a proposta do Dr. Pedro Vilela e ficou de mandar-lhe as cópias dos expedientes. Disse que continuarão a tratar desse assunto através das correspondências formais pelo e-mail e telefone fornecidos pelo Dr. Pedro Vilela no chat, onde todos tem acesso e se quisessem poderiam anotá-los sem problemas. A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** anunciou a **conselheira Valeska Holst Antunes** que sobre a questão que a conselheira Neide Maria Neres Tinoco levantou, sugeriu que se fizesse um encaminhamento em relação a CEA porque não veria, a princípio, nenhum sentido de a Empresa Pública RioSaúde ter restrições em relação à participação do Controle Social nesse fórum que é equivalente à CTA. Disse saber

que o Dr. Pedro Vilela não tem autonomia para dar nenhuma resposta nesse sentido naquele momento. Por isso, sugeriu que o Conselho encaminhe, se aprovada, uma solicitação formal à Secretaria Municipal de Saúde e à Presidência da RioSaúde para que os distritais sejam incluídos nas prestações das contas periódicas. Sobre a questão da SPDM na AP 3.2, disse que a situação fica um pouco mais tranquila porque, a princípio, o contrato teria sido renovado e espera que não tenha nenhuma surpresa com relação a isso, tendo em vista que, realmente estão num período muito difícil para se fazer esse tipo de transição. A respeito da AP 5.3, da parte dos trabalhadores, disse que receberam uma série de preocupações: a primeira é que a SPDM já falou publicamente que não tem fundo suficiente no fundo de provisionamento para pagar as rescisões trabalhistas e que isso, na verdade, já faz com que a transição não ocorra de maneira tranquila; que precisam avançar rapidamente nessa negociação para garantir que não tenham uma descontinuidade no serviço para que não viessem a enfrentar uma situação de greve ou restrição de serviço para que os trabalhadores consigam entrar na Justiça para receberem seus direitos. Outra coisa que os preocupa nessa transição para a CEP é a questão salarial no que diz respeito à manutenção dos salários vigentes. Outra enorme é o fato de ter sido, justamente, essa a Organização Social, antiga CEP 28 que agora é CEP que, recentemente teria dado início ao processo de implantação da pejetização dos profissionais de nível superior na Atenção Primária da AP 4.0, o que provocou inclusive a evasão de diversos profissionais que não topavam continuar trabalhando sob esse regime. Acrescentou que sabiam que na área da AP 5.3 existe uma dificuldade histórica de alocação de profissionais e, portanto, vieram ali fazer um pedido formal, enquanto Sindicato dos Médicos para que a Secretaria oriente a CEP a não fazer pejetização. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** entrou na fala e disse que o Sindicato dos Psicólogos, também, endossa as palavras do Sindicato dos Médicos, através da conselheira Valeska Holts Antunes e faz a mesma solicitação. Prosseguindo, o **Dr. Pedro Vilela** disse que na questão da rescisão contratual dos vínculos trabalhistas da SPDM, todo o processo para encerramento do contrato está sendo realizado junto aos Órgãos do Controle do Município, tanto na questão de repasses, prestação de contas e validação dos valores informados por eles. Também precisa ser apontado o valor necessário para o provisionamento da rescisão. Esse valor é enviado para o Órgão de Controle, onde são validados e posteriormente realizado o repasse. Todos os trâmites para a rescisão contratual junto a SPDM estão sendo realizados e seguindo no caminho que deveriam seguir na Administração. Em relação à continuidade do recebimento do salário por parte dos profissionais, o **Dr. Pedro Vilela** disse que se trata da mesma questão de transição de toda a Organização Social, de toda área. Existe o processo de admissão direta de acordo com a questão do aproveitamento produtivo do profissional ou não. Existe a absorção direta da próxima Organização Social sem o processo seletivo necessário como já teria sido feito diversas vezes pela RioSaúde ou nas mudanças da CEP, IPCEP, GNOSIS e IABAS. Acrescentou que a continuidade do serviço em relação ao vínculo empregatício irá ocorrer, a não ser que exista algum tipo de não aproveitamento específico do profissional ou um caso peculiar do gênero, mas que a grande maioria dos profissionais será absorvida pela forma que a legislação permita. Na questão do tipo de vínculo trabalhista adotado pela Organização Social ganhadora, esclareceu que esse vínculo trabalhista “PJ”, tem sido praticado na AP 4.0 e a Organização Social está respaldada contratualmente. Então, é arbitrário da gestão da Organização Social se vai optar pelo celetista ou pela “pejetização”. Após, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, anunciou a **conselheira Valeska Holst Antunes** que se inscreveu pela segunda vez para falar novamente e ela, com a palavra, em réplica, disse que com relação à questão do ajuste de contas, acha importante saber o quanto essa questão está avançada porque o problema é justamente esse: no caminho do ajuste de contas existe uma série de discordâncias, de idas e vindas das informações da Organização Social indo à Secretaria e que, na verdade, é o trabalhador que fica depois sem os seus direitos garantidos e isso é um enorme problema. Sobre a questão da “pejetização”, disse que sempre encontram esse mesmo discurso, porém, durante todo esse processo, a CEP sempre os informava nas reuniões que fazem (com o sindicato) de que essa é uma orientação da própria Prefeitura, principalmente, vinda não da Secretaria de Saúde, mas da Casa Civil. Sabiam, inclusive, que teve um momento em que foi o próprio Prefeito quem reuniu todos os administradores da Organização Social junto com esta empresa que faz a “pejetização” específica, a Doctor VIP, e isso está registrado, inclusive, no site deles. Acha

complicado a Secretaria simplesmente se eximir dessa responsabilidade, pois ela é a contratante da Organização Social, ela tem o poder de orientar nesse sentido. Enfim, tem um papel regulador. Se ela dissesse que não quer que a Organização Social contrate por “pejotização”, a Organização Social não contrataria. Concluiu dizendo que é ruim ficarem nessa movimentação de jogar a responsabilidade só para o outro lado, mas depois nas entrelinhas pressionar para que a própria Organização Social assumira esse tipo de contrato para poder fazer a redução de custos. A seguir, **Dr. Pedro Vilela** falou que a última informação que teve relacionada à prestação de contas da SPDM no que tange ao provisionamento foi que tinha avançado bastante e que tentaria uma atualização do status e no decorrer da reunião informará os conselheiros sobre essa posição. A **conselheira Valeska Holst Antunes** agradeceu e o **Dr. Pedro Vilela** continuou com a sua informação dizendo que na questão da “pejotização”, entende que está apenas respondendo na forma que a legalidade lhe permite. Esclareceu que a Subsecretaria é a fiscalizadora do contrato, enquanto que a Secretaria de Saúde é a contratante da Organização Social e essa questão é item contratual. Então, se a Organização Social apresentar um estudo da economicidade dizendo que ela (a O.S.) conseguirá prestar os serviços que estão no contrato e, ainda assim, aumentar a economicidade, a aceitação da “pejotização” é até a favor do não dano ao erário público. Por fim, disse que essa é uma questão que precisa ser muito bem discutida, baseada na continuidade do serviço, na oferta dos profissionais de saúde da população e, também, na economicidade possível do contrato. Dando prosseguimento, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** chamou o último inscrito, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** que, com a palavra, disse que entende que cobrar dessa Administração para que brigue ou que recomende às Organizações Sociais para que não adotem a “pejotização” é o mesmo que malhar em ferro frio. Porém, acha que o Conselho Municipal de Saúde tem o papel fundamental nessa questão porque pode encaminhar um ofício, se a Plenária assim o entender para a Secretária Municipal de Saúde, para a Casa Civil que é a responsável por esses contratos (pediu ao Secretário Executivo que o corrigisse, se estiver equivocado), para o Prefeito, para o órgão que elabora o contrato ou a licitação recomendando a não “pejotização” dos trabalhadores contratados por Organizações Sociais ou ONGs ou seja lá o que fosse. Acha que é uma forma de precarizar ainda mais a forma de trabalho e de mostrar que o Conselho não concorda com esse tipo de contratação. A seguir, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** juntamente com o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** agradeceram ao **Dr. Pedro Vilela** a presença e os esclarecimentos feitos e, em seguida a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Maria de Fátima Gustavo Lopes** pediu ao **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** que colocasse em votação a aprovação ou não da proposta de encaminhamento feita pelo conselheiro Marinaldo Santos Silva, recomendando que o Conselho Municipal de Saúde envie ofício para a Secretaria Municipal de Saúde e a Casa Civil para que exijam por parte das Organizações Sociais contratadas que não façam contratos com seus trabalhadores por meio de Pessoas Jurídicas, a chamada vulgarmente “pejotização”. Colocada em votação, verificou-se que foi aprovada por maioria simples do Colegiado essa recomendação. Após, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou à **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** se teria mais alguma proposta de encaminhamento e a **Presidente do Conselho** respondeu-lhe que não tinha mais nada. O **Dr. Pedro Vilela**, voltou e pediu permissão para mais uma breve fala e disse que tinha recebido a resposta prometida aos conselheiros. Falou que recebeu da SPDM os valores de provisionamento; que já foram mandados para análise; que já voltou com a análise feita por eles e naquele momento (o da reunião) estava sendo feita a segunda análise que é a conciliação das informações que foram prestadas pela CTA junto aos valores que foram analisados. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** agradeceu a presteza do **Dr. Pedro Vilela** e a **conselheira Valeska Holst Antunes** perguntou-lhe se teria alguma previsão para isso. O **Dr. Pedro Vilela** respondeu-lhe que tinha voltado de um encontro naquele dia (o da reunião) e que tinha começado a conciliação da CTA com os dados da SPDM. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, mais uma vez agradeceu ao **Dr. Pedro Vilela** e ao **Senhor Leonardo El Warrak** por ter atendido ao Conselho e, dando continuidade à reunião passou para o **ponto 5** da pauta: Apresentação do trabalho individual de cada comissão temática e Estratégias de Comunicação do CMS/RJ e Comissões

Temáticas. Lembrou que foi decidido na reunião passada que teriam, a partir da próxima reunião, no caso, a que está em curso a apresentação de trabalho individual de cada Comissão Temática, que será escolhida pela Comissão Executiva e solicitado a ela que apresente um trabalho que esteja elaborando. Disse que, nesse ínterim, houve um pedido por parte da **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** que foi lido pelo Secretário Executivo, que segue transcrito e coloca o seguinte: “Conforme discutido na reunião do Colegiado, dia 11 de agosto, solicitamos que entre na pauta da reunião do Colegiado o seguinte item: Estratégias de comunicação do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e Comissões Temáticas: a) construção de formulários de cadastro de conselheiros do Colegiado e Distritais para identificação de áreas de interesse de pauta para a Educação Permanente; b) construção de perfis em redes sociais para as Comissões Temáticas; c) disponibilização de calendário de reuniões das Comissões Temáticas e d) Outras estratégias de visibilidade do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Justificativa: ampliar a capacidade de articulação para o Controle Social, oportunizando a troca entre conselheiros que detêm interesses comuns entre as diversas regiões; conhecer o perfil e as necessidades das conselheiras nos diversos níveis; ampliar a transparência, difusão dos conselheiros do CMS/RJ e das Comissões. Em tempo: os canais e formulários serão criados por adesão de cada Comissão, conforme decisão de cada instância. Peço Confirmação.” A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que, diante desse pedido, a Comissão Executiva achou melhor colocar esse ponto na pauta por entender que é uma forma de começar a organizar a questão das Comissões e ser uma proposta de organização. Então, passou a palavra à conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida para que a mesma explique aos conselheiros o que pensa com relação à proposta formulada. Com a palavra, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** agradeceu ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho e a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes a colocação na pauta do item em questão e disse que sente muita falta de conhecer melhor como é o trabalho de cada região e confessou ter ficado muito encantada com o site que o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 fêz. Em seguida, parabenizou o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 pelo excelente trabalho feito e acrescentou que sente falta de terem um canal que possa dialogar com as pessoas sobre o que acontece no Conselho Municipal de Saúde. Acha que dificilmente às pessoas irão até a página da SMS para procurar o Conselho e saber o que o Conselho está fazendo. Entende que dar conhecimento do que o Conselho decide e faz, também, é uma característica de ampliar o Controle Social e o papel daquilo que representam. Sabe que isso não pode gerar, no entanto, uma obrigatoriedade para todas as Comissões e todos os conselheiros distritais e/ou locais. Por isso, teria encerrado o pedido de pauta dizendo que isso ficará a critério da Comissão Temática e no caso de o Colegiado entender que deva ter um canal na rede social, que fala a princípio de Facebook e Instagram. Referiu-se aos canais do Conselho Estadual de Saúde que tem até YouTube e disse que, na verdade, fizeram um trabalho muito legal porque é uma forma de as pessoas ficarem sabendo o que o Conselho faz. Acha muito interessante, para além de ter a página oficial do Conselho na página da Secretaria de Saúde, ter algo que possa dar a eles uma capacidade maior de ampliar a comunicação do Conselho com a sociedade. Disse, ainda, que, no caso específico da Comissão de Educação Permanente da qual faz parte, acha interessante conhecerem um pouco melhor os conselheiros distritais para que possam fazer um processo de educação permanente que fosse mais eficiente, mais eficaz. Que foi por isso que pediu nessa Estratégia de Comunicação se pode abrir uma espécie de formulário (a conselheira se comprometeu a fazê-lo) no qual os Conselhos Distritais farão um cadastro com informações de e-mails, as áreas de interesses dos atuais conselheiros; de forma que pudessem ter, também, um banco de dados onde os conselheiros do Colegiado e mesmos os Conselhos Distritais possam entrar em contato, caso fosse necessário, além de ter o perfil das pessoas que atuam nos Conselhos, os tipos de instituições. Acredita que será interessante conhecer melhor o perfil dos conselheiros e, ao mesmo tempo, ter mais eficiência na hora de pensar uma estratégia de educação permanente ou de articulações entre os temas das Comissões Temáticas, o Colegiado e os Conselhos Distritais. E mais, que esse banco de dados ficará disponível para os conselheiros e que será um link a descrição do grupo, por exemplo; que os membros que compõem a Comissão Temática de Saúde e Justiça Reprodutiva já tem interesse em abrir perfis nas redes. A

conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida referiu-se a uma mensagem do Sr. Henrique enviada naquele momento para ela na qual ele pede o contato dela (da conselheira Morgana) para enviar-lhe a lista dos contatos que tem. Então, a conselheira disse que não bastava a lista de contatos, queria também descobrir os interesses dos conselheiros porque para fazer um processo de educação permanente precisa saber o que às pessoas querem desenvolver. Acha muito complicado pensar numa estratégia de articulação sem entender o que está acontecendo na ponta porque fica muito vago. Então, o lógico é facilitar de modo que tenham um banco de dados para poder saber como acionar, avisar e com quem falam. Dando continuidade, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou a palavra para a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** informando que não entendeu o quê a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida pretende. Perguntou que banco de dados é esse já que não compreendeu a lógica. Se o que a conselheira Morgana quer é que se faça uma vitrine dando para todos dentro de uma mídia social, o quê é? Quem é o conselheiro e coisas como nome completo, telefone para contato. Quanto aos objetivos, disse que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida teria deixado claro. Dirigindo a palavra ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho, disse que gostaria que ele explicasse aos conselheiros novatos que estão chegando no Conselho e aos antigos para lembrarem o que é; como se procede para que serve e como sobrevive e vive dentro do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, a educação continuada que tiveram no ano passado, que por sinal não foi muito bem, talvez por falta de conhecimento dos conselheiros novatos e antigos que às vezes não estão atentos. A seguir, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** esclareceu que a proposta dela tem 3 itens: item 1 – pedido de autorização para que se faça um formulário do levantamento do perfil dos conselheiros a nível municipal e distrital; item 2 - aprovação para que as Comissões Temáticas e o Conselho possam ter perfis nas redes sociais (sem obrigator

iedade para as Comissões que não quiserem) e o Conselho decidirá se quer ou não ter um perfil nas redes sociais do Colegiado Pleno e item 3 – entende ser necessário que o calendário das reuniões das Comissões Temáticas sejam públicos porque não sabe se teria tido em outra reunião de qualquer outra Comissão. Deseja saber quando essas reuniões acontecem e qual a periodicidade delas. Falou que faz parte de três Comissões, mas que só sabe da Comissão que preside. Quanto às outras, sabe que uma delas tem um grupo criado, a Comissão Temática de Raça Gêneros e Etnias, mas que ainda não teria feito nenhuma reunião e a outra é a Comissão de Educação Permanente que não tem grupo criado. Acrescentou que se a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira ou qualquer outra pessoa que esteja presente àquela reunião e que faça parte dessa Comissão se quiser poderá se colocar. Falou ainda ser claro que no contexto do Conselho podem ter outra noção de Educação Permanente, mas ela é professora e está licenciada. Então, tem uma noção de que é Educação Permanente e sabe que não teria ocorrido nenhuma reunião, mas das outras Comissões não saberia e sua pergunta é para que os outros conselheiros também possam responder. Fez referência à Comissão de Fiscalização dizendo que todo dia tem uma pauta de fiscalização no Conselho e gostaria de saber se as reuniões dessa Comissão de Fiscalização acontecem e somente com a disponibilização desse calendário de reuniões das Comissões Temáticas agendadas poderá saber. Após, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, anunciou a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** que demonstrou o desejo de falar novamente. Com a palavra, disse que pelo que tinha entendido, a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida trouxe para o Conselho uma proposta. Contou que por conta da pandemia que está acontecendo no ano em curso, os conselheiros do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro estão literalmente no ar e, por isso, pediu ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho que explicasse novamente como é o funcionamento das Comissões Temáticas já que o Conselho Municipal de Saúde tem isso regulamentado, mas por conta da pandemia a coisa ficou muito solta. Entende que esse assunto poderá se tornar ponto de futura pauta para uma próxima reunião com o objetivo de lembrar aos conselheiros como funciona as Comissões Temáticas uma vez que elas não são independentes do Conselho Municipal de Saúde e tem normas para o seu funcionamento e, só assim, podem efetivar os trabalhos dessas Comissões. Fez também referência a um convite feito ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho para ir à próxima reunião do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 para falar sobre esse assunto. A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, a título de nortear a situação disse que realmente as Comissões Temáticas estão muito soltas dentro do Conselho Municipal de Saúde e que, por falta de uma regulamentação mais severa resolveu-se deixar que cada Comissão se auto regule internamente porque as Comissões Temáticas no Conselho não tem vida externa, ou seja, elas não falam em nome do Conselho externamente. Quem fala em nome do Conselho externamente é a Comissão Executiva e a presidência do Conselho. Esclareceu que as Comissões Temáticas trabalham internamente especializando-se nos assuntos para os quais foram criadas, por exemplo: toda vez que se queira discutir sobre educação permanente, em vez de trazer essa discussão para o Colegiado reunido discutir, existe uma Comissão que irá discutir o assunto, que irá preparar um trabalho e o resultado desse trabalho (discussão) passará pela Comissão Executiva que o pautará e trazê-lo para o Colegiado decidir. Entende que realmente precisam preparar melhor essas Comissões, talvez criando obrigações mais severas com relação a elas. Acredita que algumas das ideias que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida teria exposto cria de certa forma obrigações um pouco mais severas. Quanto às Comissões Temáticas ter redes sociais próprias, disse que se não fugirem daquilo para as quais foram criadas, se servirem para divulgar trabalhos, pontos de discussão, não vê problema algum. Porém, jamais podem falar em nome do Conselho Municipal de Saúde e nada poderá sair nessas redes como sendo uma posição do referido Conselho. Lembrou que o Conselho Municipal de Saúde não tem e nem dispõe de assessoria especializada para prestar nesse sentido e que isso terá que ser feito por trabalho voluntário dos próprios conselheiros e a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde terá que ficar atenta para que nenhuma Comissão fosse para além do papel para o qual foi criada no Conselho - o de auxiliar o Colegiado na especialização dos assuntos. Informou aos conselheiros que eles terão que definir qual é o limite disso. Com relação à questão da criação de cadastro, disse achar bem legal, mas entende ser necessário

ter uma combinação com os Conselhos Distritais porque é evidente que não teriam como obrigar ninguém a se cadastrar. Falou que o referido cadastro poderá ser lançado, mas as pessoas ficarão livres para se cadastrar ou não. Disse, ainda, achar interessante como experiência de Educação Permanente e que já tinha vivido algumas dentro do Conselho; que outrora já fizeram questionários para ver se a participação aumentava; que daqueles questionários, elaboraram cursos e acharam que esses cursos seriam um sucesso porque foram baseados na vontade que os resultados daqueles questionários apresentaram, mas infelizmente deram com os “burros na água”, porque as pessoas respondiam aos questionários, viam quais eram as necessidades, mas depois não participavam das atividades. Concluiu esse assunto dizendo que se trata de uma coisa que achava sempre salutar, mas que já tinham trilhado por esse caminho e não deu muito certo. A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou a palavra à **conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira** para que ela se pronunciasse a respeito. E a conselheira, após cumprimentar a todos disse que ano passado foi membro da Comissão de Educação Permanente; que conforme o Secretário Executivo falou que concorda que as Comissões ficam muito soltas e que por experiência própria, entende que o Conselho Municipal poderá determinar o calendário das reuniões até porque tudo teria mudado com a pandemia. Contou que, às vezes, queriam fazer reunião e não tinha um local para fazê-la; que no início até tiveram, mas depois ficaram num sobe e desce, vai ser aqui, vai ser ali. Então, o Conselho Municipal poderá ajudar determinando um calendário e o local da reunião, que poderá ser virtual como faz o Conselho Municipal de Saúde ou presencial. Ratificou a fala do Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho no que se refere ao trabalho executado na Comissão e complementou dizendo que não é fácil; que fizeram questionários com temas e que tudo isso já tinha sido trabalhado, mas o principal é a interação entre os membros da Comissão; que se não houvesse interação, não conseguiriam fazer nada; que tiveram ideias e colocaram algumas que foram acordadas em prática, mas na hora de executá-las era necessário que as cabeças pensassem na mesma direção e, aí, é um pouco complicado. Acrescentou que a Educação Permanente é uma educação; que as pessoas tem que ter uma cabeça voltada para esse projeto e que não podem ser independentes cada um pensando de um jeito, cada um fazendo de um jeito. Acredita que como já estão em setembro, numa pandemia, o ideal será o Conselho fazer um calendário para o próximo mês com todas as comissões a fim de que os membros comecem a se conhecer para ter interação entre eles. Com relação à Comissão da qual fêz parte, disse saber que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida faz parte dela e a conselheira Cristina Guedes Veneu, suplente dela no Conselho, irá participar muito porque é muito boa nisso. Frisou que pela dificuldade que a pandemia impôs, pelo distanciamento e pelo fato de já estarem em setembro, a sugestão que dá é para que se faça um calendário com todas as comissões, com dias, hora, com consultas às pessoas para que elas compareçam às reuniões para começarem a interagir e se conhecerem melhor umas às outras; que, se não fizer isso, não conseguirão fazer nada; que a explicação do Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho sobre o que são essas Comissões, o que espera de cada uma delas, ele (o secretário executivo), que já o teria feito porque é mais antiga no Conselho já que entrou no período passado. Por isso, tem uma ideia do que é; embora toda explicação dada pelo Secretário Executivo seja muito boa, não tiveram sucesso, justamente, pela falta de interação dos membros da Comissão. Contou que começaram com toda garra e muita vontade de trabalhar, mas depois alguns membros começaram a sair da Comissão e entraram outros que não tinham o mesmo pensamento e isso esvaziou a Comissão. Acrescentou que tem 64 anos de idade e que trabalha em uma Instituição que é uma Fundação que trata de crianças com encefalopatias e que ao seu tempo, como o tempo de todos é precioso para se ficar colocando numa coisa que não caminha; que nessa pandemia a Fundação em que trabalha perdeu mais de 1/3 do faturamento e por conta disso, as pessoas da Administração e Direção da Fundação estão trabalhando muito, correndo atrás de dinheiro porque não podem cobrar e, por isso, o tempo deles é preciosíssimo para aquelas crianças. Por fim, disse que gostaria muito de trabalhar nessas Comissões e que elas tivessem resultados, mas pela experiência que tem, pensa que deveria ser assim: um calendário; uma reunião para primeiro se conhecerem e para ver o que cada um quer e como funcionará. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** explicando o que espera que cada comissão faça e os membros se moldando a isso. Acredita

que só para o próximo ano as coisas irão melhorar devido a pandemia e as condições de fazer uma reunião de Comissão. Lembrou que as Comissões do próprio Senado e da própria Câmara estão paradas porque é um trabalho que exige estarem juntos tendo a mesma direção de cabeça e de vontade. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** explicou para os Senhores Henrique e Aldair que somente poderá passar a palavra a eles depois que todos os conselheiros falarem. Disse que, infelizmente, naquele momento as Comissões ainda não poderiam fazer reuniões presenciais; que não tem estrutura para isso na sede da Prefeitura ou em qualquer outro lugar, pois não podem garantir a segurança das pessoas; que atende orientação do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Estadual de Saúde, sem contar que tem que servir de exemplo para a população; que não podem exigir da população uma coisa e depois fazer diferente. Deixou claro que, como não tem meios de garantir um local que seja realmente seguro, não podem reunir as Comissões presencialmente. Disse que as Comissões podem se reunir virtualmente, tranquilamente, até porque são em número mais reduzido e o Google Meet é uma excelente opção para fazer essas reuniões rápidas e pequenas, podendo conversar pelo vídeo. Disse, ainda, que todos precisam entender que passamos por um momento bem diferente, bem delicado e que, por isso, até a forma de cobrar das pessoas deve ser um pouco diferente por se entender que as pessoas tem vida própria e que também estão passando por dificuldades. Falou que o ano de 2020 é um ano terrível para qualquer coisa desse tipo; que terão que discutir e ver qual é a melhor sugestão, a melhor forma de trabalho sem perder a linha e sem fazer com que os sonhos os tire da realidade; que todos tem uma realidade batendo à porta a todo o momento e cada um está esforçando e fazendo o melhor que pode. Por fim, acha uma boa ideia criar um calendário para todas as Comissões, bem como algumas coisas que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida falou, mas que terão de ver se todas estão dentro daquilo que é possível. A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou a palavra à **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** que, de pronto, disse que faz das palavras do Secretário Executivo as palavras dela. Acha, realmente, que cada um deles no Conselho tem uma ideia para contribuir e que deveriam fazer a coisa de uma forma padronizada para que todos possam seguir numa mesma direção: fazer um calendário das Comissões, padronizar realmente para que todos os Conselhos Distritais e o Municipal caminhem juntos na mesma direção e que cada Comissão tenha o seu trabalho e que possa realizar mesmo com as limitações do momento, que, felizmente, graças às salas virtuais conseguiram ter mais adesões nas reuniões porque a distância deixa de ser um empecilho e todos estando em lugares diversos, podem se reunir numa sala virtual para discutir todas as questões. Referiu-se, dando como exemplo, às reuniões de um passado recente do Conselho Municipal de Saúde em que muitos distritais gostariam de estar presentes e não puderam por conta de transporte ou de qualquer outra coisa que pudesse servir de obstáculo. Chamou à atenção o fato de que precisam cumprir vários rituais para serem conselheiros e, por ser um serviço voluntário, ninguém é obrigado a ser conselheiro de saúde, mas estão lá por amor a Saúde Pública, defendendo o SUS. Falou que as Comissões Temáticas são compostas, também, por convidados que nem conselheiros são e que precisam ser didáticos como a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida e a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira, profissionais voltadas para o ramo da Educação Permanente; que é preciso que as pessoas entendam e cumpram a legislação porque quem chega não tem o domínio e às vezes, eles próprios que estão dentro também não o tem. Afirmou que é uma eterna aprendiz dentro do Conselho Municipal de Saúde e que todo o dia aprende alguma coisa e assim pode colaborar para que algo melhor aconteça. Deseja que todos possam somar ideias para fazer um trabalho melhor mesmo com as limitações que a pandemia está impondo. Lembrou que todos os anos o Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2 faz uma capacitação com os seus conselheiros e como pretendem que as Comissões Temáticas funcionem de verdade, convidou o Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho para trazer revelações específicas sobre o funcionamento das Comissões Temáticas que não deveriam ficar sem atuar porque embora essas Comissões não respondam pelos Conselhos, elas estão ligadas a ele e os conselheiros precisam ter uma normativa do funcionamento delas. Pediu mais uma vez uma força da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde na pessoa do David e, também a colaboração de todos os colegas como a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida que trouxe algo que a Comissão Executiva poderá juntar a outras ideias e procurar

fazer um “remix” melhor para que possam ter Comissões atuantes. A seguir, a **conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira** com a palavra, dirigindo-se ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho disse achar que a palavra de ordem é essa mesma, a que ele tinha falado; que teriam que ter paciência; que esse ano, é um ano atípico; que as coisas são muito lentas. Acrescentou que fica inviável fazer reuniões virtuais com a Comissão de Educação Permanente porque levam material para estudar, convidar pessoas que tem conhecimento de algum tema para passar o saber para eles da Comissão; que nesse ano, as pessoas estão com muitos problemas na cabeça em suas vidas porque a pandemia alterou a vida de todos. Por isso, acredita que a palavra de ordem é paciência. Acha que as pessoas das Comissões devem se conhecer esse ano; que o calendário poderá ser muito importante porque o Conselho pode cobrar essas reuniões; que essas reuniões não serão para resolver nada de imediato ou começar a implantar algo; que será somente para tomar conhecimento de quem é quem e o que deverá ser esperado de cada Comissão, pois isso é muito importante. Sobre a explicação dada pelo Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho a respeito dessas Comissões, confessou que ele tem passado muito bem para eles as informações e que foi muito boa a aula que ele deu; mas que fizesse isso com cada Comissão para que, de repente, no próximo ano comecem em janeiro a desenvolver um trabalho. Entende que as reuniões podem acontecer ainda esse ano a partir do próximo mês de modo virtual para começar o entendimento, o conhecimento e terão que ter paciência porque os problemas são sem fim para cada uma das pessoas por causa da pandemia. Por fim, recomendou que não fizessem as coisas correndo e nem cobrando muita coisa de imediato porque poderá ocorrer mais distanciamento. Precisamos caminhar devagar conhecendo uns aos outros para que a coisa flua a contento. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** agradeceu a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira e, após anunciou o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** que tornou a cumprimentar todos e dirigiu-se a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida dando-lhe as boas vindas e dizendo-lhe que foi bom ela ter puxado esse tema para discussão. Contou para todos os presentes à reunião como cidadão e usuário participa de duas Comissões e que na concepção dele são prioritárias: Saúde Mental e CIST – Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador. Ainda para que a CIST possa realizar dois seminários tiveram que pedir ajuda de fora porque os recursos que vem para a Secretaria não foram disponibilizados para tal. Que é preciso ter mais transparência no que diz respeito à Saúde Mental e a CIST. Disse que pede insistentemente que coloquem na pauta das reuniões as questões CIST e Saúde Mental e não é atendido; que em todas as reuniões pede resposta para o caso dos dois repasses de verba da Saúde Mental destinados ao CAPS e não recebe nenhum retorno da Secretaria Municipal de Saúde; que recorreu ao Conselho Municipal de Saúde, a sua Presidência e não tem resposta e nem solução para o problema. Deseja saber onde esse recurso foi aplicado ou se não foi aplicado ou, ainda, se não receberam esse repasse, porque não está explicado para a AP 5.1 a questão da implantação da Saúde Mental nos CAPS e a construção do CAPSad3. Pediu, pelo amor de “Deus”, a todos os conselheiros e a todos que o estão ouvindo que o ajudem a esclarecer essa questão. Afirmou que deveria ter mais transparência porque se não, ninguém se sente estimulado a participar de Comissões. Perguntou para que participar de Comissões se não existe respostas, se os problemas não tem solução. Acha fundamental ter clareza e transparência para que as pessoas tenham estímulo em participar das Comissões e isso não está ocorrendo. Acrescentou fosse quem fosse o responsável: o Superintendente ou a Secretária de Saúde ou o Prefeito ou Presidente da República ou o Papa, que viessem e esclarecesse a situação de modo a não deixar dúvidas de modo transparente para todos. Por fim, disse que essa situação os deixa muito triste e pediu ajuda de todos no que diz respeito à Saúde Mental e CIST porque não terá como dar uma resposta plausível à população quanto a questão dos trabalhadores que morreram, dos trabalhadores que trabalham sem nenhuma proteção, dos trabalhadores que foram postos na rua. Concluiu dizendo que não pode fazer nada se não for transparente e que precisam de transparência. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** agradeceu ao conselheiro Ludugério Antônio da Silva e lembrou que o Dr. Hugo Fagundes esteve recentemente em uma reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde respondendo a todas essas questões com relação à Saúde Mental, a menos que esteja enganado. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco**, naquele momento, manifestou-se dizendo que o Dr.

Hugo Fagundes não teria respondido a todas as perguntas. Queriam saber do dinheiro e como ficará a situação dos servidores estatutários diante do fato de a RioSaúde estar entrando nas Unidades de Saúde Mental. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse-lhe que a vez é da **conselheira Valeska Holst Antunes** falar e essa, com a palavra, disse que quanto à questão do ponto de pauta, entende que se não estivesse suficientemente esclarecida ou se o esclarecimento que fora dado na época não se concretizou em ações prometidas de fato, que solicitasse uma pauta sobre a questão e que chamasse, novamente, o superintendente de Saúde Mental para dar mais explicações. Falou que entende todas essas questões das dificuldades; que está muito dado de que até o final do ano, provavelmente, não irão se reunir em reuniões presenciais e que não vê outro jeito que não seja avançar nas possibilidades da reunião “on line”. Acha que a provocação da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida é pertinente no sentido de provocar as Comissões. Que é claro que, talvez, não tenham o mesmo resultado que terão se estiverem em uma situação normal, ou seja, fora da pandemia mas, pelo menos sairão de um imobilismo e minimamente as Comissões começarão a se reunir. Fez “mea culpa” quanto ao fato da responsabilidade que tem em chamar para reunião a Comissão de Atenção Primária da Saúde da qual é um dos membros e que estão realmente em dívida. Não sabe se é o caso da Comissão Executiva estabelecer para as Comissões a frequência, o dia, o horário em que as Comissões Temáticas irão se reunir até porque existe uma questão de pertinência da conveniência dos próprios componentes das Comissões. Acredita que, talvez, possam criar um compromisso, uma solicitação do Conselho Municipal de Saúde a todos os membros das Comissões Temáticas para que ao longo dos vindouros 30 dias façam pelo menos uma reunião e tragam um breve reporte para a próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, daquilo que, dentro de suas possibilidades conseguiriam avançar ou não. Sobre a questão das mídias sociais, disse que teria discutido um pouco sobre isso na reunião da Comissão Executiva e entende que, de fato, o formato da página do Conselho Municipal de Saúde que está escondidinha dentro da página da Secretaria Municipal de Saúde não é obrigatoriamente do ponto de vista das mídias, um formato que chama as pessoas mas que por outro lado, acha que precisam amadurecer essa questão do ponto de vista estrutural porque montar uma mídia social, um Facebook, um Instagram demanda uma energia, um tempo de trabalho e de cuidado dessas redes. Não é somente postar porque precisam estar ali respondendo mensagens, enfim, precisam pensar, enquanto Conselho numa estrutura necessária para poder manter de fato essas mídias vivas porque senão elas morrerão. Após agradecer a conselheira Valeska Holts Antunes, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, passou a palavra ao **conselheiro Marinaldo Silva Santos** que, referindo-se à fala do conselheiro Ludugério Antônio da Silva, disse que tem muito a haver com o comportamento deles (dos conselheiros), enquanto Controle Social, pois cabe ao Controle Social, além das deliberações que diz respeito às políticas de saúde do Município, a fiscalização dos gastos que o Município faz em relação à Saúde. Disse, ainda, achar que todos ali, como conselheiros do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro sempre foram muito condescendentes e não é de hoje. Que desde a época em que entrou para o Conselho Municipal de Saúde representando o Sindicato dos Psicólogos, vem atuando de forma a dar de presente às diversas administrações do passado a aprovação das contas ainda que não houvesse as transparências necessárias para que os conselheiros tomassem conhecimento dos gastos e da forma como são feitas. Disse que fala isso com muita tranquilidade; que as Organizações Sociais são um exemplo disso e que o Conselho Municipal de Saúde nunca as fiscalizou e que nunca tiveram acesso aos gastos que o Município tem com elas. Que, quando chega o final da Administração, ocorre a apresentação da prestação de contas e os conselheiros erguem os braços para a sua aprovação. Acha que devem ficar muito mais atentos mesmo sabendo que irão aparecer sempre diversas argumentações do tipo “se não aprovar, isso vai causar problema para o repasse do Governo Federal para o Município”. Falou que sabem perfeitamente que a Saúde está destruída não apenas pela atual Administração, mas também pela anterior que de certa forma, indicou o caminho da destruição. Perguntou há quanto tempo não tem um concurso público para o Município do Rio de Janeiro para a área da Saúde? Há quanto tempo não se contrata, de fato? Falou da RioSaúde que é uma empresa pública, embora de direito privado, mas é uma empresa pública que, aliás, essas loucuras só acontece aqui (empresa pública de direito

privado) e que tínhamos uma empresa pública que foi pior que as Organizações Sociais. Nesse momento, o conselheiro Marinaldo Silva Santos foi interrompido pela **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** que falou para o Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho sobre o tempo de fala do conselheiro Marinaldo Silva Santos e o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** pediu ao conselheiro Marinaldo Silva Santos que concluísse a fala. Prosseguindo, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que quando chegar no final tudo será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde. Acha que os conselheiros precisam começar a repensar o papel que tem enquanto membros do Colegiado: o de fazer a fiscalização dos gastos e deliberar sobre as políticas de saúde. Para isso, é necessário que tenham determinados conhecimentos sobre tudo aquilo que a Secretaria promove e, caso não tenham acesso a esses conhecimentos, a Secretaria deve promover essa transparência, esse acesso. Então, propôs que todos fossem mais rígidos na condução do Conselho Municipal de Saúde porque não podem estar dando de presente aquilo que o Município quer deles: o Município, ao mesmo tempo, que não coloca transparência e que solicita aprovação de contas que, nem ao menos os conselheiros tem tido acesso e nem como analisar e acabam por aprová-las no escuro. Concluiu a fala dizendo que precisam ser mais responsáveis na questão das contas do Município. Que o final do ano se aproxima e lhes será apresentado um relatório novamente em cima da hora sem condições de análise. Portanto, solicita a todos que sejam mais responsáveis e se coloca também dentro dessa crítica que faz. Após, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** agradeceu ao conselheiro e lembrou-lhe que os Relatórios de Gestão são aprovados por volta do mês de abril. Dando prosseguimento, perguntou a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** se quer falar ou se pode passar a fala para outro conselheiro e ela, com a palavra, disse que está preocupada porque os conselheiros estão discutindo outro assunto que não é o que ela teria pedido. Nesse momento o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que estão se desviando da pauta e que o conselheiro Ludugério Antônio da Silva teria saído dela e o conselheiro Marinaldo Silva Santos falou sobre a fala do conselheiro que se desviou dela. Continuando, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse o que foi colocado é pertinente; que é novata no Conselho Municipal de Saúde, mas tem 20 anos de atuação na Gestão Pública; que já foi conselheira de dois níveis de Conselho na área de Cultura e sabe muito bem o que faz um Conselho; que é estudante de Políticas Públicas e, portanto, é uma pessoa que pensa Políticas Públicas no ponto de vista acadêmico; sabe o que o Conselho faz e o seu papel; já leu a Lei, o Regimento e não tem nenhuma dúvida nesse sentido, mas tem dúvidas da potência deles no Conselho. Acha que o Conselho Municipal de Saúde pode muito mais e concorda com o que os conselheiros Marinaldo Silva Santos e Ludugério Antônio da Silva falaram. Sabe que o seu lugar no Conselho como conselheira é exigir mais dela e daquele coletivo. Disse que acolhe totalmente a fala da conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira no sentido da paciência. Acha que, realmente, estão em um ano atípico em que as suas dinâmicas pessoais tiveram que sofrer “N” adaptações, pois também teve que adaptar a dela. Disse que é uma pessoa que tem muita “gana” de fazer. Pediu a todos que não matassem a “gana” que tem a partir de falas como: um dia, talvez, porque isso mata a vontade de fazer. Falou que quando propõem algo para o Conselho, está querendo dizer “eu estou cheia de vontade de trabalhar”. Concorde com a conselheira Valeska Holst Antunes quando disse que não se deveria exigir que as coisas fossem assim. Perguntou onde estão os recursos que poderiam possibilitar que o Conselho tivesse um assessor de comunicação, porque no Conselho Estadual de Saúde tem? Preocupada com o adiantado da hora, são quase 18 horas e com os itens restantes da pauta, disse que fêz três encaminhamentos e são muito simples. Podem enquanto Conselho fazer um levantamento do perfil dos conselheiros? Explicou que ninguém será obrigado a preencher nada; que distribuirá para os e-mails dos Conselhos e pedirá que os distritais o divulguem para os seus conselheiros; caso o conselheiro não queira preencher só lamentará. Faz isso para ter estratégia para depois, inclusive, poder mandar questionários que às vezes funcionam e às vezes não, mas isso é da vida. Dirigindo-se a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira disse que está à disposição dela e dos demais companheiros; quando quiser poderá marcar uma conversa para se conhecerem melhor. Que entende as delicadezas da conselheira e as suas questões. Acrescentou que poderá emprestar o seu “Zoom” para a Comissão de Educação Permanente e se fosse para começar a trabalhar na

Comissão mais para a frente porque talvez a conselheira possa estar ocupada, poderão esperar mais um pouco. Disse que fica incomodada de ninguém falar nada. Que buscou auxílio e quer agradecer muito ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho por ter feito toda a estrutura base do Regimento Interno da Comissão Temática de Saúde e Justiça Reprodutiva, documento que utilizaram para aprovar e pelos esclarecimentos que deu às muitas dúvidas que teve sobre todas as regras. Disse que se sente super atendida pelos funcionários e pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde. Que tudo tem sido feito baseado no mais íntimo processo de validade do Regimento Interno e da Lei e que isso é uma coisa que adora dominar porque acha que, com um bom Regimento Interno se consegue organizar os trabalhos. Considera que a solução trazida de ampliar o Regimento Interno do Conselho, explicitando melhor qual é o papel da Comissão Temática, possa ser um caminho. Lembrou a todos que aquele é um novo Conselho; que não precisam considerar que as regras usadas na gestão passada no Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro fossem, necessariamente, as mesmas que tem que usar na gestão atual. Acha quem chegou ao Conselho para essa nova gestão pode discordar da regra e, inclusive, pedir que seja votada nova regra; que as regras estão aí para serem discutidas e mudadas eventualmente; que as Leis também podem ser mudadas. Para provar o que disse, perguntou: “você não alteraram a Lei em relação ao próprio Conselho”? Continuando, disse que tudo isso pode ser rediscutido e mudado e que não existe cláusula Pétria nesse caso. Para encerrar a fala, disse que deseja pedir o encaminhamento da proposta feita por ela; que, em nenhum momento, o seu pedido deixa explícito que uma Comissão Temática pode falar qualquer coisa que não fosse algo que tenha passado pela aprovação e remetido aos fóruns devidos. Por isso, o pedido já deixa explícito que isso será uma decisão de cada Comissão. Falou que está ali para trabalhar; que tem interesse em divulgar as pautas onde se inscreveu; que tem ímpeto de trabalho; que acorda e trabalha 14 horas por dia; que dirige uma Associação e que é diretora de uma Federação; que dá aulas em duas escolas e ainda, assim, tem muito ímpeto para trabalhar e faz a maior parte desses trabalhos de forma voluntária. Pediu aos conselheiros que estão no Conselho há tanto tempo que não a desanimassem. Que apóia o conselheiro Ludugério Antônio da Silva no sentido de que a postura do Conselho Municipal de Saúde possa ser mais justa por entender que pode mais, que segue insistindo para que as pautas sejam para que as pessoas possam conhecer quem está no Conselho e para que as pessoas que estão no Conselho possam ser cobradas sobre o papel que tem perante a ele porque não está ali representando o usuário para os usuários não se sentirem representados por ela. Está ali para que o usuário saiba que está ali e quais são as pautas. A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** comunicou a todos a necessidade de se adiantar um pouco a pauta dado o adiantado da hora. Em seguida, com a palavra, a **conselheira Lucimar Oliveira do Nascimento** disse que, por respeito à questão do horário e por entender que teriam fugido do assunto da pauta, não discordando da colocação feita pelos seus colegas, abre mão da sua fala. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** chamou o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** que, após cumprimentar todos disse que irá fugir um pouco da pauta porque estão com problemas na AP 3.2, pois existem muitas dificuldades em relação à Saúde Mental na Policlínica Rodolpho Rocco onde trabalha e deseja saber da possibilidade de conversarem com o Dr. Hugo, Superintendente de Saúde Mental, mas que fosse de maneira seguindo os trâmites passando no Conselho Distrital de Saúde para poder chegar até ao Dr. Hugo. Em resposta, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que o Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2 está passando por algumas dificuldades (questão de reunião) e ele (o Secretário Executivo) está tentando ajudar para que essas coisas aconteçam e o Rodolpho Rocco é da AP 3.2. Orientou ao conselheiro para encaminhar alguma coisa por e-mail, pois não é problema nenhum. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou a palavra à **conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira** que solicitou mais uma vez que a pauta de reuniões fosse feita pelo Conselho e que desse a eles (a Comissão de Educação Permanente) todo o suporte necessário com relação à reunião virtual que irá acontecer porque se assim não fosse, esperar que ela (a Sandra) fosse agendar uma reunião, ela (a Sandra) não irá agendar reunião. Ratificou a solicitação acrescentando que após o Conselho agendar a reunião, que comunicasse a eles porque o tempo eles fazem, mas pedir para ela (a conselheira Carmen Sandra) agendar a reunião com todo o suporte que uma reunião virtual precisa, ela não terá tempo para isso e, caso aconteça

de alguém da Comissão de Educação Permanente não poder estar presente à reunião no dia agendado, que o Conselho tente agendar outra data e comunique, mas precisam começar. Que não pode falar por outras Comissões. Após, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou a palavra ao **Sr. Henrique** dizendo que em complementação ao que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida teria dito, lembra a todos da importância de se ter mais um canal de comunicação do Conselho Municipal de Saúde. Acrescentou que entendeu da seguinte forma o que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida dissera com relação às redes sociais, por exemplo: é o YouTube que distribuiu os vídeos das reuniões. A reunião em curso está sendo gravada e o Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho usará isso para confeccionar a ata e depois ficará arquivada. Perguntou então se as outras reuniões também não poderiam ser disponibilizadas no YouTube? Entende que essa é a questão que a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida colocou de fundo. Acha importantíssimo que as Unidades de Saúde, por meio de cartazes ou por meio de qualquer outra coisa divulgue esses canais nas redes sociais: YouTube, Facebook com conteúdo do Conselho Municipal e talvez até dos Conselhos Distritais. Com relação ao que foi falado sobre estrutura, considera a questão da assessoria muito importante. Disse, ainda, que todos sabem que a Lei 5.104 de novembro de 2009, o artigo 27 dispõe que “Em caso de necessidade especial, desde que deliberado pelo Conselho, pelo Colegiado, o Secretário Executivo pode recorrer aos outros órgãos para o competente apoio administrativo e assessoramento técnico”. Então, isso será um assessoramento técnico, uma assessoria de imprensa. Acrescentou que já tem visto até assessores da Prefeitura e outros servidores com assessoria de imprensa. Perguntou, então, por que um Órgão Municipal ou distrital não pode ter acesso a uma assessoria de imprensa para poder trabalhar com a questão das mídias sociais e divulgação dos canais de comunicação do Conselho? Por fim, declarou achar que a colocação da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida nessa pauta, traz no fundo essa questão. A seguir, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes**, com a palavra, disse achar que as Comissões Temáticas sempre funcionaram bem; que devemos agradecer a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida a demanda que trouxe, mas tem conselheiros que não pode ter suas falas divulgadas na mídia. Então trata-se de assunto que precisa de uma discussão mais prolongada. Sobre o adiantamento das Comissões, disse que a Comissão Executiva e a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde juntamente com a Presidente do Conselho podem fazer uma agenda, desde que todos concordem com ela. No momento, poderiam propor a criação de um grupo das Comissões com as datas das reuniões marcadas para que no próximo ano façam os trabalhos melhores, pois que no ano em curso estão impedidos de fazer qualquer coisa. Acredita que não adianta criar canais de informação e não cumprir com os objetivos a que se destinam. Disse que todo mundo fala que no Conselho Estadual tem, mas não imaginam a dificuldade que foi para chegar até lá e ter o Daniel como assessor de imprensa. Para ter tudo isso, precisam de verba e o conselheiro Marcelo Deodoro sabe dessa dificuldade e que o Conselho Municipal de Saúde não está preparado para isso naquele momento, mas podem criar esses canais no ano que vem através da Comunicação da Prefeitura, mas, naquele momento, só podem criar a agenda das reuniões e um grupo das Comissões, assim todos os participantes saberão qual será o dia da reunião. Concluiu dizendo que essa é sua opinião e que não está discordando de ninguém. Que agradece a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida por trazer essa garra e que continue assim. Em seguida, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, com relação à Assessoria de Imprensa da Secretaria Municipal de Saúde, disse que é muito limitada, pois é ela que auxilia o Conselho Municipal de Saúde na questão da página que o Conselho tem no site da Saúde, mas é realmente muito limitada. Na verdade, precisarmos de uma assessoria de imprensa própria do Conselho Municipal de Saúde para tocar as coisas e lembrou que para dar andamento a essa questão é necessário fazer um Projeto e correr atrás. Acrescentou que no passado já tinha corrido atrás de muitas coisas para o Conselho Municipal de Saúde e que conseguiu, porém precisamos de mais e estamos vendo agora a necessidade de ainda mais nesses tempos tendo a necessidade de ter outras coisas como uma assessoria de imprensa própria, uma assessoria que trabalhe na questão das redes. Disse que consegue entender as necessidades de se discutir mais a fundo a questão das Comissões, de criarem regras mais específicas para elas, mas sente falta de um Projeto fechado como por exemplo: a conselheira Morgana Eneile

Tavares de Almeida que trouxe para o Conselho algumas propostas concretas, mas fica assim: nós vamos votar essas propostas da conselheira Morgana? Não vamos votar? Vamos partir para uma coisa maior como organizar melhor as Comissões? Como é isso? Porque são os conselheiros que precisam decidir o quê fazer. Nesse momento, a **conselheira Valeska Holst Antunes** entrou na fala do Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho dizendo que a sua sugestão para o caso é que, minimamente, a proposta objetiva da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida relacionada a se fazer o levantamento do perfil dos conselheiros seja votada naquele momento. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou a palavra a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** dizendo que já temos uma pauta definida e aprovada e que estão fugindo dela; que ainda temos o “sistema guardiões do Crivella” para deliberar; que todo mês agora é isso! Pode, pode, pode porque já são 18 horas e precisamos sair da reunião. Não entramos em todos os pontos da pauta e não está prevista qualquer votação com relação à Comissão Temática. Acredita que todas as ideias expostas ali são muito boas como a da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida e da presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes já que todas podem ser aproveitadas para padronizar os trabalhos das Comissões Temáticas do Conselho e traçar metas de ação, porém esse item não está pautado para aquela reunião e que assim não dava! Sendo assim, perguntou para que existe pauta e que precisará sair da reunião um pouco mais adiante. Então, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** com a palavra, disse que tiveram na reunião algumas propostas específicas que faz parte do ponto e temos que ver se há condições de colocá-las em votação ainda hoje, pois, embora concorde que realmente o tempo esteja se esgotando, não gostaria de prejudicar o ponto das Comissões de forma alguma. Que gostaria de saber se, de repente, poderíamos trazer de novo esse ponto para uma próxima pauta com um Projeto mais específico indicando o que é preciso quando e onde para não ficarmos nessa discussão, pois já foi discutido o varejo e não quer perder essas ideias que são boas. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** o que acha dessa proposta e ela respondeu-lhe que não conseguiu entender e que não ficou explícito; que só conseguiu entender que as pessoas querem um padrão, mas também entende que cada Comissão Temática tem relativa autonomia dentro dos critérios que já estão no Regimento Interno do Colegiado para decidir a sua agenda, a forma como ela se expressa, a forma como ela se reúne e os convidados que ela terá. Enfim, que já consta no Regimento Interno essa relativa autonomia para decidir como ela funcionará. Perguntou se o Colegiado pode mudar o Regimento Interno a qualquer momento e ela mesma respondeu acreditar que sim para discutir a maneira como irão colocar isso na Comissão Temática. Disse que se essa é a motivação das pessoas, acha ok e que irá se estabelecer um padrão. Perguntou se é para o Regimento Interno ou valeria apenas para essas questões. Mencionou novamente os 3 pontos que fez: ponto 1 – farão ou não o levantamento dos conselheiros para identificar o perfil deles e trazer temas que fossem relevantes para todos os conselheiros dos Conselhos Distritais? Ponto 2 – terão ou não rede social? Nesse ponto disse que poderão decidir que não podem ter rede social até terem uma estratégia “X” de comunicação; ponto 3 – terão ou não calendário único? Sobre o calendário único, afirmou que várias pessoas já o teriam sinalizado que o querem. Disse que só precisava saber se sim ou não em relação a cada coisa e que não existe polêmica. Falou também que poderiam decidir o ponto dois, em vez de ser só rede social, fosse discutido numa próxima reunião um delineado maior das Comissões Temáticas. Acredita que esse ponto poderá ir para a próxima pauta e entende que já teriam discutido sobre ter o calendário das Comissões Temáticas. Acrescentou que tudo o que fêz foi de forma formal do jeito que o Regimento manda. Com a palavra, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida se poderiam amadurecer mais esse assunto para que as pessoas pudessem entender melhor sobre ele e depois rediscutir numa próxima reunião. Em resposta, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** perguntou a Presidente do Conselho o que ela estava sugerindo é para que fique para a próxima reunião. A **Presidente do Conselheiro Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que são três pontos para que os conselheiros possam amadurecer essa ideia porque se trata de uma coisa nova, mas que se ela (a conselheira Morgana) não concordasse, estaria tudo bem. Então, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse que não entendeu como o Conselho Municipal

decidirá fazer o levantamento do perfil dos conselheiros que pode ser uma questão polêmica. A **Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes** argumentou que irão filtrar o assunto e na próxima reunião esse ponto estará garantido na pauta quando, então, o rediscutirão. A seguir, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** falou que não sabia se tinha entendido os argumentos da presidente do Conselho, mas entendeu que para o bem comum e coletivo, deveria retirar o ponto da pauta e que ele será discutido novamente no mês de outubro. Confessou que, na verdade, não entendeu nada e que foi melhor não ter entendido mesmo porque se o tivesse, talvez, se desestimularia. Então, fingirá que não entendeu as argumentações. Então ficou decidido a retirada do ponto. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou para o **ponto 6** da pauta: posicionamento do CMS/RJ sobre os chamados “Guardiões do Crivella na Saúde”. Disse que quanto a esse assunto, a Comissão Executiva preparou uma Nota Pública que, após lida pelo Secretário Executivo David Salvador de Lima será colocada em votação para a concordância ou não do Colegiado. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** antes da leitura disse que o assunto foi amplamente noticiado e, portanto, todos sabem do que se trata. Após lida a Nota Pública, o **conselheiro Marinaldo Silva Santos** perguntou se a Nota será encaminhada a algum Órgão Público que possa fazer uma investigação ou ficará solta por aí e se o Conselho Municipal poderá fazer algum movimento no sentido de encaminhar uma solicitação aos Órgãos Públicos, como por exemplo ao Ministério Público Estadual ou talvez a uma Delegacia? O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** respondeu-lhe que o Colegiado decidirá o que fazer, mas que naturalmente essa Nota Pública será publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. Em seguida, a **conselheira Valeska Holst Antunes**, como a palavra, disse que na reunião da Comissão Executiva quando propuseram elaborar essa Nota Pública, um dos objetivos foi justamente o encaminhamento dela ao Ministério Público que é quem investigava o caso. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes**, com a palavra, falou que não conseguiu acompanhar a Nota Pública lida pelo Secretário Executivo e restou dúvida sobre a parte que fala dos servidores. Então, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** esclareceu-lhe a dúvida relendo o trecho que se refere aos servidores e a seguir pôs em votação a aprovação da Nota Pública com o devido encaminhamento ao Ministério Público. Interrompendo o processo de votação, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** falou que, além do Ministério Público, sabendo que o Prefeito tinha para votar na Câmara de Vereadores, a Nota também deveria ser encaminhada àquela Câmara para que soubessem qual é a posição do Colegiado. Diante do que o conselheiro Ludugério Antônio da Silva propôs, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou ao Colegiado se teria alguém contrário a inserção do adendo criado pelo conselheiro Ludugério Antônio da Silva à proposta, ou seja, o encaminhamento da Nota também à Câmara dos Vereadores. O **conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano** declarou-se contrário ao encaminhamento da Nota Pública a Câmara dos Vereadores alegando primeiro que a Nota está colocando que foram órgãos da imprensa, somente os órgãos da Rede Globo que colocaram; segundo: que os servidores colocaram em questão e ainda não está nada provado porque existe um inquérito policial e nós não sabemos se tem servidores estatutários envolvidos. Então por tudo isso eu voto contra. Colocada em votação pelo **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, verificou-se que foi aprovada por maioria simples a Nota Pública significando que, além dos trâmites normais será também encaminhada ao Ministério Público e a Câmara de Vereadores. Prosseguindo, deu-se início ao **ponto 7** da pauta: Informes da Secretaria Executiva. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que foi trazido ao conhecimento da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro pelos conselheiros que participam do Comitê de Saúde da População Negra da Cidade do Rio de Janeiro, do Comitê da SMS e por intermédio da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida o pedido de auxílio ao Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro no sentido de cobrar da Secretaria Municipal de Saúde a resposta a uma carta que assinaram em favor do Comitê que aponta várias situações com relação à mortalidade de mulheres negras no contexto da Covid-19. Lembrou que essa carta foi assinada em conjunto e o Comitê pediu ao Conselho Municipal que cobrasse da Secretaria uma resposta, visto que, até aquele momento ainda não havia sido respondida. Informou que a Comissão Executiva acatou o pedido e fez o ofício nº 014 de 03 de setembro de 2020, assinado pela Presidente do Conselho Maria de

Fátima Gustavo Lopes, dirigido à Secretária Municipal de Saúde do Rio de Janeiro com o seguinte teor: “Carta Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Município do Rio de Janeiro diante da Covid-19. Cara Secretária. Este Conselho em apoio ao Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Município do Rio de Janeiro assinou carta dirigida à senhora em que é apresentado o cenário vivido pela população negra diante da Covid-19, cobrando um posicionamento dessa Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro em relação às questões apresentadas. Diante da falta de resposta por parte de Vossa Senhoria, o Comitê recorreu a este Conselho solicitando apoio em cobrar que essa resposta lhe seja encaminhada, que solicitamos, seja feita o mais breve possível. Atenciosamente **Maria de Fátima Gustavo Lopes, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro**”.

Após a leitura do ofício, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que irá encaminhar o ofício também para o Comitê, mas queria fazê-lo mostrando-o primeiro ao Colegiado. A respeito do Informe sobre as eleições no Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que as eleições foram realizadas no dia 26 de agosto de 2020 e que foi eleita para Presidente Maria Edileusa Braga Freires. Para substituto Abílio Valério Tozini e que foi eleita uma Comissão Executiva. Também foram eleitos os representantes no Conselho Municipal de Saúde: Maria Edileusa Braga Freires como representante e Abílio Valério Tozini como suplente. Informou ainda que a votação para representante foi acirrada entre os dois: 7 a 6. Que a Secretaria Executiva do Conselho publicou o resultado dessa eleição através de Portaria. Que quando estavam para providenciar a publicação deles que é feito pela Casa Civil, a entidade que a conselheira Maria Edileusa Braga Freires representa mandou uma carta para o Conselho Municipal de Saúde solicitando que, devido às diversas atribuições dela fosse invertida as posições, ou seja, ela ficará com a suplência e a Associação do Abílio Valério Tozini ficará com a representação no Conselho. Acrescentou que informou a eles que essa solicitação não é problema, inclusive o próprio Regimento do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 prevê que poderá haver desistência de qualquer cargo, a qualquer momento e que haverá uma reunião daquele Conselho Distrital no dia 10 de setembro, quinta feira, às 15 horas para o Colegiado decidir se aprova ou não essa situação. Por fim, quanto ao Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1, que resolveu o problema e que, agora, eles podem caminhar com os próprios pés já tem uma Comissão Executiva toda estruturada e o ideal é que caminhem dentro das possibilidades, no sentido de organizar todo o Conselho, pois trata-se de Conselho que tem um histórico de organização um pouco difícil ao longo dos anos. Sabem que não irão organizar tudo da noite para o dia, mas existe naquele Conselho gente boa querendo trabalhar e organizar. Sobre a situação que diz respeito ao Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que aquele Conselho já foi publicado e que falta apenas passar pelo mesmo processo que o Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 passou. Disse para que todos tivessem uma ideia de como foi o procedimento adotado na AP 2.1, que fizeram todo o processo eleitoral virtualmente e que somente a eleição para presidente foi presencial porque para eleger o presidente exige-se o voto direto e secreto. Disse que conseguiram, por parte dos conselheiros daquela área, na Igreja de Santa Teresinha, do lado do RioCentro, um local bem colocado, um espaço preparado estruturalmente para receber as pessoas com medidores de temperatura na entrada. Informou também que ele mesmo aferiu a temperatura das pessoas e nesse espaço teve ainda tapete preparado para sanitização, álcool em gel na porta, locais separados e já demarcados e com tudo isso fizeram com que as pessoas entrassem uma de cada vez. Disse que tudo transcorreu bem e conseguiram fazer a eleição com uma adesão maravilhosa e que teve somente uma única falta. Que foi maravilhosa a vontade de o pessoal de lá querer resolver os problemas. Revelou que começou a falar do Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 e, depois, voltado a falar do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 para mostrar que o Conselho da AP 5.3 está publicado e que só falta fazer o processo anteriormente relatado feito no Conselho da AP 2.1. Disse que já colocou para o pessoal da AP 5.3 que, primeiramente, irá ver como as coisas irão se passar na AP 2.1 para depois levar para a AP 5.3 as mesmas propostas que deu certo na AP 2.1. Esclareceu a todos que está levando ajuda e que não é obrigação dele fazer a eleição; que não é obrigação da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde também de fazê-lo. Que as pessoas publicadas são as que terão que se organizar e fazer a eleição junto com a Coordenação de Área. Frisou

o que teria levado para o Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 foi uma ajuda que eles aceitaram e a Secretaria Executiva topou em termos de ajuda por ter a experiência de saber como fazer. Que no Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 se coloca da mesma forma para ajudar, porém, tem um detalhe: naquele dia foi publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, a exoneração do Coordenador de Área daquela região, o que é um problema, sem contar que na AP 5.3 existe um problema de situação em oposição, de disputa, coisa que não existia na AP 2.1. Na AP 2.1 existia o consenso de que tinham que ter o Conselho formado tanto que a única disputa que teve naquele Conselho foi para representante e, ainda assim, não passou de um mal entendido entre os dois candidatos que na hora “H” não se comunicaram direito e acabou saindo de forma diferente do que pensaram em fazer. Concluiu esse assunto dizendo que diante dessa situação fica com o pé meio atrás de como fazer as coisas e que terão de esperar para ver como a questão da coordenação de área irá se definir por lá e, para completar, disse que até por orientação médica e por necessidades oriundas de questões de saúde irá tirar uns dias de férias até o final daquele mês, pelo menos. Que durante esses dias de férias para qualquer coisa que procurem as servidoras Carmem ou Selma que estarão trabalhando na retaguarda com o restante da equipe prontos a atender os conselheiros dentro das possibilidades. Falou que pretende, na quinta-feira, fazer a reunião com a AP 2.1 e na sexta-feira já entrar de férias para poder cuidar da saúde que, realmente, está muito crítica. Após, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou ao **ponto 8** da pauta: Informes da Gestão. Com a palavra, o **conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano** informou que não tinha informes a dar e o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** passou para o último ponto da pauta: Informes do Colegiado. Com a palavra, o **suplente Alexandre Clementino de Oliveira (do Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1)**, após cumprimentar todos, perguntou ao Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho como ficou a situação do Carlos Augusto, funcionário que está na SUBHUE e que não teria comparecido até aquele momento? O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** respondeu-lhe que já teriam feito, de novo, há mais ou menos duas semanas uma cobrança a SUBHUE sobre esse assunto. Acrescentou que falou pessoalmente com o subsecretário e que teria ocorrido uma situação lá e por causa disso não encaminharam a questão para o pessoal responsável por preparar essa resposta, mas que ele (o subsecretário) se comprometeu a fazer o encaminhamento diretamente. A seguir, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** agradeceu a todos a oportunidade e informou que no sábado seguinte ao daquela reunião, que será o segundo do mês, ocorrerá a reunião ordinária do Conselho Distrital de Saúde da AP. 5.2 e que irão mandar a chamada, o convite e a pauta, inclusive, para o Conselho Municipal de Saúde publicá-la no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro. O último a dar informe foi o **Sr. Henrique** informando que na Unidade de Saúde da Clínica da Família do Cantagalo, na região onde mora, estão realizando o agendamento para procedimentos de ultrassonografia do abdômen total e tireóide via planilha compartilhada entre as Unidades de Saúde da região. Contou que entrou em contato com a Coordenadora de área, Dra. Iracema e ela lhe disse que isso tem que ser via SISREG; que, naquele dia (o da reunião) também, conversou com o gerente da Unidade e ele lhe disse que estava realizando procedimentos de ultrassonografia de abdômen total e tireóide, ainda, sob esse regime de planilha de compartilhamento. O **Sr. Henrique** colocou a seguinte questão para todos: se esse proceder é para agilizar o atendimento, então é perfeito; porém perguntou onde está a transparência e como saber em que lugar da fila a pessoa se encontra? Falou que, hoje, as pessoas têm a transparência do SISREG, elas “Logan” com o CNS e conseguem saber. Considera essa história de pedir procedimento via planilha compartilhada entre Unidades de Saúde da área muito estranha. Concluiu que com esse informe quer alertar a todos sobre esse ocorrido. A seguir o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** solicitou a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida que lhe enviasse a gravação da reunião e ela respondeu-lhe que mandará o “link” logo que termine de processar. A seguir o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho**, por diversas vezes, chamou o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes, mas como ele não respondeu pediu a Presidente do Conselho Municipal de Saúde Maria de Fátima Gustavo Lopes que encerrasse a reunião, pois já estariam em cima da hora de entregar a sala virtual. Após, a **Presidente do Conselho Municipal de Saúde/RJ** agradeceu a conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida por ter emprestado a plataforma dela, a equipe técnica do Conselho Municipal de

Saúde e a presença de todos e deu por cumprida toda a pauta encerrando assim a reunião. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezoito horas e cinquenta minutos e eu **Maria da Conceição Ramos de Carvalho**, dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.


Maria da Conceição Ramos de Carvalho


Maria de Fátima Gustavo Lopes